



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ – UFC
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
CENTRO DE TREINAMENTO E DESENVOLVIMENTO – CETREDE
ESPECIALIZAÇÃO EM CIDADANIA, DIREITOS HUMANOS E
SEGURANÇA PÚBLICA – TURMA 2**

MEIRENE MENEZES COUTINHO

FORMAÇÃO CIDADÃ DE POLICIAIS:

Desafios contemporâneos para a Polícia Civil do Estado do Ceará

FORTALEZA - CEARÁ

2009

MEIRENE MENEZES COUTINHO

FORMAÇÃO CIDADÃ DE POLICIAIS:

Desafios contemporâneos para a Polícia Civil do Estado do Ceará

Monografia apresentada à Universidade Federal do Ceará,
para obtenção do grau de Especialista em Cidadania,
Direitos Humanos e Segurança Pública.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Celina Amália R. Galvão Lima

FORTALEZA – CE
2009

MEIRENE MENEZES COUTINHO

FORMAÇÃO CIDADÃ DE POLICIAIS:

Desafios contemporâneos para a Polícia Civil do Estado do Ceará

Esta monografia foi submetida à Coordenação do Curso de Especialização em Cidadania, Direitos Humanos e Segurança Pública, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Especialista em Cidadania, Direitos Humanos e Segurança Pública, outorgado pela Universidade Federal do Ceará – UFC e encontra-se à disposição dos interessados na Biblioteca da referida Universidade.

A citação de qualquer trecho desta monografia é permitida, desde que feita de acordo com as normas de ética científica.

Data da aprovação ____/____/____

Meirene Menezes Coutinho

Prof^a. Dr^a Celina Amália R. Galvão Lima
Orientadora

Prof^o. Dr. César Barreira
Coordenador (a)

AGRADECIMENTOS

A meus pais por terem me dado oportunidades de traçar a minha trajetória e pelo reconhecimento pela liberdade de pensar.

À Professora Celina Amália R. Galvão Lima pela orientação desta monografia.

À minha irmã Marylane Coutinho pelas sugestões apresentadas.

À minha irmã Mironeide pelo auxílio prestado na revisão do texto e das referências bibliográficas.

Ao meu filho pela paciência que teve comigo enquanto eu me dedicava a este estudo.

A Deus meu guia maior.

Aos companheiros policiais que tornaram possível esta pesquisa.

RESUMO

O trabalho em alusão faz uma abordagem histórica e ao mesmo tempo realística dos desafios na formação dos policiais civis do Estado do Ceará, assunto este que está em plena efervescência, uma vez que nos últimos anos os cursos das academias de polícia passaram por mutações para adaptar-se aos novos modelos de gestão adaptados para cada lapso de tempo. Diante desse quadro, a polícia tem se tornado um terreno onde não há espaço para amadorismo ou improvisações, sendo fundamental que o material humano seja alvo de desenvolvimento das habilidades, competências e saberes. O objetivo geral dessa pesquisa é conhecer os novos desafios na formação cidadã dos policiais civis no Estado do Ceará tendo como especificidades reunir, através de levantamentos junto à Academia de Polícia Civil, informações de natureza educativa dos novos alunos que estão em formação para ingresso nos quadros da Polícia Civil, além de relatar as técnicas utilizadas na formação de novos policiais, bem como a reciclagem dos atuais policiais, o ambiente onde ela se desenvolve, a qualidade do conjunto de recursos materiais, tecnológicos e humanos existentes e o nível de formação e de treinamento dos policiais. Assim, procurou-se apontar os novos rumos na formação policial, que atualmente tem investimentos em nível de pós-graduação, em instituições de ensino superior. Mesmo com grandes investimentos dos governos federal e estadual no sentido de enfrentamento a criminalidade, como aquisição de viaturas, equipamentos implantação de unidades físicas para funcionamento de delegacias ou comandos policiais, estes investimentos não mais atendem às atuais necessidades exigidas pela sociedade. A pesquisa contempla entrevistas com alunos do curso de formação da APOC (Academia de Polícia Civil), pesquisas bibliográficas em livros e matérias. Os resultados oriundos da presente problemática nos fazem refletir não apenas sobre a realidade, mas extrair subsídios para que possamos levar junto às autoridades competentes sugestões que possibilitem uma mudança positiva no cenário policial. Para tal, é necessário termos uma visão institucional da Polícia Civil, além de avaliarmos o padrão de desenvolvimento da educação policial, sendo constatado que tal dinâmica é o instrumento basilar de uma formação policial profissionalmente sólida. Evidentemente a estrutura em uma formação com componentes de qualidade não somente teórica, mas na valorização plena desse profissional, tão exigido e pouco prestigiado, o colocará não somente com capacidade operacional, mas eticamente capaz de enfrentar as adversidades advindas da própria instituição.

Palavras-chave: Polícia Civil. Formação policial. Academia de Polícia Civil.

ABSTRACT

The work makes reference to a historical and realistic at the same time the challenges in the training of police officers of the State of Ceará, a matter which is in full swing since the last years courses in police academies have had to adapt changes to new business models adapted for each time frame. Given this situation, the police has become a land where there is no room for amateurism and improvisation, it is essential that the human material is subject to skills development, skills and knowledge. The overall objective of this research is to understand the new challenges in training a citizen of police officers in the State of Ceará and how special meeting, through surveys attached to the Civil Police Academy, an educational information for new students who are in training for entry in the tables Civil Police, in addition to reporting the techniques used in training new police officers, as well as the recycling of current officers, the environment where it grows, the quality of the stock of material resources, technological and human resources and level of education and training the police. Thus, we tried to highlight new directions in police training, which currently has investments in post-graduate students in institutions of higher education. Even with large investments of federal and state governments to cope with crime, such as purchase of vehicles, equipment, deployment of physical units for operation of police and police commandos, these investments no longer meet current needs demanded by society. The research includes interviews with students of the formation of APOC (Civil Police Academy), literature books and materials. The results coming from this problem make us think not only about reality, but to extract subsidies so that we can bring along suggestions to the competent authorities to enable a positive change in the scenario police. To this end, need for an institutional vision of the Civil Police, in addition to assessing the standard of education development officer, and found that this dynamic is the basic instrument of police training professionally sound. Evidently the structure of education of quality components not only theoretical, but in full appreciation of this work, as required, and little prestige, the place not only with operational capacity and ethically able to face adversity resulting from their own institution.

Keywords: Civil Police. Police training. Civilian Police Academy.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	06
1. A ORIGEM HISTÓRICA DA POLÍCIA CIVIL.....	09
1.1 A Origem Etimológica e Cronológica da Polícia	09
1.2 A Primeira Fase: Policiamento Colonial no Brasil.....	10
1.3 Marco Inicial da Polícia no Brasil	16
1.4 A Polícia Civil do Estado do Ceará	16
1.5 A Descentralização Política Com o Advento da República	18
1.6 A Polícia Civil do Estado do Ceará na Era Vargas	19
2. A EDUCAÇÃO POLICIAL, A BASE DE UMA POLÍCIA PROFISSIONAL.....	22
2.1 Polícia Limitada Por Equívocos de Gestão	22
2.2 Polícia, Educação e Formação Humana	23
2.3 A Complexidade do Processo Educativo.....	24
2.4 A imprescindível Função do Educador Policial	25
3. A FORMAÇÃO DO POLICIAL CIVIL	27
3.1 Em Busca de Uma Identidade Profissional Sólida	27
3.2 O Compromisso Social da Atividade Policial	29
3.3 A Realidade da Administração de Uma Delegacia de Polícia no Ceará	30
3.4 O Curso de Formação e Experiência Realística do Treinamento Profissional.....	33
3.4.1 Atividades Desenvolvidas e Observadas.....	34
3.4.2 A Importância do Estágio Supervisionado	40
3.5 Rede Nacional de ensino à distância para policiais – EAD.....	43
CONCLUSÃO	45
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	49

INTRODUÇÃO

A abordagem com relação aos desafios da Polícia Civil no Estado do Ceará possui raízes e mazelas históricas que personificam uma imagem não muito favorável perante a sociedade hodierna, visto que suas ações externas não correspondem aos anseios da sociedade cearense no tocante às suas competências, tanto no ponto de vista de gerenciamento como no tocante a operacionalidade de suas ações perante o público.

Diante disso, inserimos no texto monográfico, no Capítulo I, a origem histórica da Polícia Civil, mostrando a gênese etimológica e cronológica da polícia; sendo enfatizada a primeira fase do policiamento a nível colonial como uma inserção de uma metodologia policial no período histórico preliminar do Brasil; em seguida foi incluso o marco inicial da polícia no Brasil, um ponto histórico reconhecidamente importante para termos uma noção lapso temporal do que foi usualmente implantado como um sistema policial.

Ainda no Capítulo acima epigrafado foi enfatizado como se estruturou a Polícia Civil no Estado do Ceará, como uma importante fase histórica na segurança pública nesta Unidade Federativa, logo após foi inserido como se concretizou a descentralização política com o advento do período republicano; outra fase de grande magnitude no que diz respeito a particularidades históricas com relação à Polícia Civil do Estado do Ceará na Era Vargas.

No Capítulo II foi inserida uma visão institucional da Polícia Civil, sob uma ótica da realidade profissional da instituição e seus agentes. Foi abordado um fragmento sobre uma temática delicada e ao mesmo tempo real na presente conjuntura, ou seja, o medo do coletivo social como uma forma de mostrar que as ações policiais refletem no aspecto comportamental não só positivamente, mas patologias psíquicas são desenvolvidas na massa populacional.

Ademais, existem os ilícitos nos quais a própria sociedade se vê como refém de um sistema social pessimamente controlado pelos órgãos competentes de segurança pública. O cenário da violência é uma realidade na sociedade cearense, com um agravante: é crescente a violência principalmente urbana. Diante disso, as perspectivas de controle estão cada vez mais distantes. As ações governamentais possuem um caráter promocional utilizado pela mídia televisiva e eletrônica, gerando um produto de marketing publicitário governamental.

O Capítulo III trata da educação policial, como base de uma polícia ética e, acima de tudo, profissional. Porém, a realidade é algo limitado por inúmeros equívocos de gestão. Reconhecidamente a polícia necessita mais e mais possuir uma formação baseada não apenas em termos de preparo técnico, mas uma formação humana digna. Para tal, tem que ser trabalhada de forma efetiva a complexidade do processo educativo e da preparação do policial, sendo imprescindível uma participação de uma figura que se torna esquecida, ou seja, a participação de forma valorizada do educador policial. Antes da operacionalidade técnica policial devemos ter em mente que a educação é o suporte número um de uma preparação em todas as áreas, principalmente no tocante ao tema segurança pública.

Outro assunto de fundamental importância é a formação policial, assunto esse também relatado, o qual trata da busca de uma identidade profissional sólida dentro de bases fundamentadas em uma formação não só teórica e intelectual, mas uma formação de caráter pessoal, procurando valorizar o policial. Em função disso o policial deve ter em sua formação a capacidade de se auto avaliar e possuir a devida consciência de inteiro compromisso social da atividade que exerce. Em seguida foi tratado da realidade fática da administração de uma delegacia de polícia no Ceará, o curso de formação e a capacitação realística do treinamento profissional, onde o policial desenvolverá suas habilidades e aprenderá a desenvolver outras dentro de um ambiente real. Mencionamos as atividades desenvolvidas e monitoradas, mostrando dessa forma a importância de um estágio profissional supervisionado, ou seja, a partir das experiências vividas e reunidas em um relatório os mesmos seriam devidamente avaliados.

Finalmente, temos uma breve realidade da segurança pública brasileira, visando mostrar a realidade policial junto ao meio social. A partir daí, averiguamos a realidade de gestão da segurança pública e em particular da Polícia Civil do Estado do Ceará, sendo que do outro lado a sociedade reage à tamanha dificuldade e equilíbrio desse setor da administração pública estadual, cujos problemas refletem de forma negativa perante todo o corpo social, com isso a polícia ficou no alvo do observatório da imprensa e, ao mesmo tempo, seus desequilíbrios e deficiências bastante visíveis foram avaliados pela sociedade, expondo as dificuldades existenciais do sistema policial, onde o mesmo, em determinado momento, se torna vítima de suas próprias vaidades e práticas obsoletas completamente fora de tempo real.

1 ORIGEM HISTÓRICA DA POLÍCIA CIVIL

1.1 A origem etimológica e cronológica da Polícia

A palavra polícia surgiu na Grécia Antiga, de conformidade com KEYSSELT e FERNANDES (2006, p.23, apud PALMA, 1978), “tal vocábulo derivou-se do latim “politia” que, por sua vez, procede do grego ‘politeia’, com sentido de organização política, administrativa, sistemática de governo e de governabilidade propriamente dita”.

Para que seja possível traçar desafios atuais da nova formação do Policial Civil do Ceará, é necessária uma abordagem da evolução histórica da Polícia, enquanto instituição, no Mundo, no Brasil, e no Ceará, desde o surgimento até os dias atuais.

Não é possível precisar uma data para o surgimento da Polícia, como instituição, atribui-se o seu surgimento ao desenvolvimento e organização da sociedade humana, quando surgiram as primeiras preocupações do homem com a sua segurança, ainda na era pré-histórica.

O crescimento populacional da humanidade foi fator decisivo para que fosse desenvolvido um paradigma disciplinar oficial, de forma a satisfazer num conjunto harmônico as necessidades comuns e os interesses individuais.

Para tutelar esse Direito, as sociedades organizadas criaram o Estado, repudiando a justiça pelas próprias mãos. O Estado passou a ter uma metodologia passando a administrar a justiça e, com o desenvolvimento da civilização, ampliou seu campo de atividades, conservando como função principal à manutenção da ordem, a segurança e preservação dos bens sociais. Surge uma instituição com o fito de exercitar o que se chama de Polícia, se tornando uma instituição imprescindível em qualquer modalidade de governo.

A polícia é uma instituição social cujos primórdios estão atrelados às primeiras aglomerações urbanas, motivo pelo qual ela apresenta a dupla originalidade de ser uma das maneiras mais antigas de proteção social, assim como a principal forma de expressão da autoridade. Encontra-se, portanto, intimamente ligada à sociedade pela qual foi criada, e seus objetivos, a sua forma de organização e as suas funções devem adaptar-se às características sócio-políticas e culturais da comunidade em que ela deverá atuar.

Na antiguidade grega a função policial era uma atividade que designava o cidadão para um escalão superior, servindo de parâmetro para ascender às posições de destaque da

polis, isto porque lhes era necessário ter feito aprendizagem direta de governo de homem. Era considerada como uma verdadeira escola de estadistas. Apesar disso, a sociedade grega foi a que menos fez uso da atividade policial, por deter forte equilíbrio social e consciência cívica.

Em Roma, no tempo do Imperador Augusto, no ano 63 a.C a 14 d.C é onde vamos encontrar semelhanças com a polícia atual:

Foi em Roma que a atividade policial possuiu maior semelhança com a estrutura e as funções desempenhadas pelas polícias da civilização moderna, pois foi ela policiada por sete *Coortes Vigilum*, compostas cada qual de mil homens, que tinham por missão manter a disciplina da vida social, a ordem pública e a proteção dos cidadãos. As funções destas Coortes confundiam-se com funções judiciais.

Edil, um chefe de polícia de Roma, usava vestes de magistrado e tinha ampla soberania para decidir atos.

Na Idade Moderna vamos encontrar, por volta do século XVIII, os primeiros raios da Polícia atual. Os ideais da Revolução Francesa (igualdade, liberdade e fraternidade), as ideias liberais e a teoria da separação de poderes de Montesquieu fazem surgir o Estado de Direito, que teve como base filosófica a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão (1789) e a Constituição dos Estados Unidos da América (1776).

Em 1829, na Inglaterra, é criada por Sir Robert Peel a Polícia Metropolitana de Londres (PML), considerada a primeira organização policial do mundo, também chamada “Scotland Yard”. Monet (apud ROLIM, 2006 p.26) diz que os policiais, chamados de *constables* eram preparados por Peel com a seguinte orientação:

O constable deve ser civil e cortês com as pessoas de qualquer classe ou condição. Ele deve ser particularmente atento para não intervir desastrosamente ou sem necessidade, de modo a não arruinar sua autoridade. Ele deve lembrar que não existe nenhuma qualidade tão indispensável ao policial como uma aptidão perfeita para conservar seu sangue-frio.

O termo “polícia”, com o tempo, assume um sentido mais restrito, representando a ação de governo, através de uma de suas instituições, para exercer a missão de tutela da ordem jurídica, assegurando a tranquilidade pública e a proteção da sociedade contra as violações penais e seus malefícios.

1.2 A primeira fase: policiamento colonial no Brasil

A própria inserção da Polícia Civil no contexto da sociedade brasileira já se torna um grande desafio quando da sua criação, bem como redobra os esforços de gestão e operacionalidade no âmbito contemporâneo, tendo em vista a dinâmica social deformada com a constante existência de injustiças sociais as quais denigrem o caráter da sociedade, ampliando consideravelmente a incidência de crimes e da violência em larga escala, sendo assim um universo de complexidades, tanto do ponto de vista gerencial, bem como as atividades de cunho operacional. Estas dependem de um amplo planejamento, não só da própria Polícia Civil, no entanto deve ocorrer uma interação profissional dos demais órgãos e entidades da segurança pública estadual.

O Brasil, em sua gênese no período colonial, não possuía gestão policial como nos moldes hodiernos. De acordo com SILVA (1970, vol.1, p.25):

na realidade, na colônia brasileira quem exercia de fato a função de autoridade policial era a figura dos Capitães-Mores de ordenanças que exerciam tal atividade nas vilas e municípios. No período noturno colonial quem exercia a autoridade de caráter policial eram os intitulados Alcaides Pequenos, os quais se encarregavam de efetuar as diligências noturnas com o intuito de realizar prisões, e a dos Quadrilheiros, com atribuições de prender criminosos, vadios, feiticeiros, alcoviteiras, barregueiros casados (amancebados), e investigar as casa de jogo em suas quadrilhas.

Os Alcaides pequenos eram equivalentes a um Governador de Província ou de Comarca, de três em três anos eram nomeados pelas Câmaras e escolhidos entre os homens bons e casados das cidades, vilas ou lugares, sendo os mesmos pagos pelos cofres públicos, tinham como privilégio de escolha feito através dos homens de sua confiança para ajudá-los nas diligências emanadas da Justiça.

Serviam à Câmara um *Procurador*, um *Tesoureiro*, um *Distribuidor* e vários *Escrivães* e *Tabeliães*. A ela estavam ligadas, também, as funções de polícia, lideradas por um ou mais *Alcaides-pequenos* e executadas por *Quadrilheiros*. Embora fossem funcionários municipais, os alcaides pequenos respondiam ao *Alcaide-mór*, funcionário do âmbito da Capitania. Também a cadeia era uma dependência do município, existindo, para sua custódia, um ou mais *carcereiros*. (Memória da Justiça brasileira. http://www.tj.ba.gov.br/publicacoes/mem_just/volume2/cap6.htm. acesso: 22/04/2010)

Existia nesse contexto a figura dos Quadrilheiros que andavam armados, porém não recebiam remuneração por essa atividade, eram escolhidos para exercer tal função no prazo estipulado de três anos, também podiam se apossar de armas apreendidas.

A partir do que foi delineado acima, podemos averiguar que o Brasil colônia apresentava uma série de complexidades relacionais, ou seja, o fator comportamental e moral da sociedade sempre foi um artigo a ser monitorado por autoridades no âmbito da segurança pública.

O surgimento da Polícia no Brasil remonta à época da chegada dos portugueses. Entretanto, suas funções estavam limitadas à preservação do território, especialmente da costa brasileira, combatendo a pirataria e a exploração do litoral, refletindo, por consequência, os interesses da coroa Lusa na preservação das riquezas naturais da colônia.

Somente a partir de 1530, com a chegada de Martim Afonso de Souza, tem início um processo de sistema administrativo, cujo objetivo era preservar e organizar as terras brasileiras. A Coroa Portuguesa determina a criação de uma administração civil e militar, com o fim de estabelecer defesa e segurança às Capitânicas Hereditárias e, conseqüentemente, às vilas.

A partir de 1548, D. João III, rei de Portugal, cria o sistema de Governo Geral, não para acabar com as capitânicas, mas para conscientizar sua administração, pois a autonomia dos donatários chocava-se com os interesses do Estado Português. Keysselt e Fernandes (2006, p.25, apud SILVA, 1970, v.1), enfatizaram que o rei incumbiu um governador geral de “dar favor e ainda às outras povoações, ministrar justiça e prover nas coisas que cumprirem a meu serviço e aos negócios de minha fazenda”.

Foi incumbido a Tomé de Souza, primeiro Governador Geral do Brasil, estabelecer a sede de seu governo em Salvador, na Bahia:

A partir de 1548, com a nomeação do primeiro Governador Geral para o Brasil, criou-se um contingente militar armado pela metrópole de 600 homens. O governador Geral assume o comando de todas as forças armadas da colônia. Os serviços de ordenanças, forças semiregulares, de ordem privada e a cargo dos senhores de terra, com funções de defesa contra ameaças internas e externas, criaram prerrogativas de força e mando, fato este que irá contribuir para o fortalecimento das lideranças regionais (HOLLOWAY,1997, p.168).

Desta forma, inicialmente não se pode enxergar e distinguir, com clareza, as atribuições de uma Polícia Civil, judiciária; de outra, de característica preventiva, militar; inexistindo ainda, um formato estruturado de Polícia, tratando-se apenas de organismos com atribuições específicas de auxiliar a manutenção da ordem, das relações comerciais de interesse privados e da coroa, além de garantir o poder central da corte.

A má desenvoltura administrativa do Brasil é um dos fatores de continuidade das ações de gestão. Com a finalização dos Governos-Gerais em 1572, inicia-se a decadência da

sistemática das Capitânicas Hereditárias, com tal medida os encargos financeiros atinentes a segurança pública foram transferidos e assumidos de imediato pelo poder público. A realidade brasileira nesse período aglomerava com frequência inúmeras ocorrências de natureza penal. Tal contexto já era fator preocupante perante as autoridades constituídas e responsáveis diretas pelo controle e equilíbrio da ordem pública.

Dessa forma as complexidades se somavam, havia uma necessidade de uma estruturação do setor de segurança, apesar da existência de uma guarda militar com um regimento de quadrilheiros, que eram os antecessores da polícia, e responsáveis pela manutenção da ordem e da segurança. Fazia-se necessário e urgente estruturar o setor de segurança para atender este novo cenário. Observamos que é neste ambiente de conflitos, bastante confuso em termos de estrutura política, econômica e social, que surge a primeira formatação de uma organização policial brasileira.

Evidentemente, por ser colônia de Portugal, o Brasil adotou metodologias e aplicativos de segurança similares ao da Metrópole, apresentando-se como uma organização unificada, composta de corpo de milícia, até que evoluiu para uma forma dupla, com uma ramificação com tendência ao segmento judiciário e outra vertente de caráter militarizado com atribuições dotadas de potencial ostensivo, sendo caracterizado o contingente através de fardamento padronizado. Segundo PALMA (1978, p.26), “tais forças possuíam um comando único, ou seja, um Juiz. Havia nessa fase um conflito de competência com relação às atribuições concernentes a Polícia, bem como as competências atinentes ao Poder Judiciário”.

As grandes transformações econômicas, políticas e sociais ocorridas no continente europeu, no final do século XVIII, alteraram de forma significativa a vida da Colônia. Existia uma forte influência francesa sob o comando do Imperador Napoleão Bonaparte. Por determinação do Bloqueio Continental, Napoleão implantou retaliações no sentido em que os países europeus comerciassem com a Inglaterra, visto que a França não conseguiu empregar o domínio militar sobre a Inglaterra. Tal medida afetou diretamente toda a política administrativa do Reino de Portugal, o qual foi obrigado a fechar os portos ingleses.

Para entendermos as motivações políticas decorrentes desse período, é necessário diluir detalhes históricos que consolidou todo o perfil da mencionada época.

Em 1807, França e Espanha assinaram o Tratado de Fontainebleau, decidindo invadir Portugal e dividir entre si as colônias. D. João VI, rei de Portugal, transfere a sede do trono português para o Brasil, que foi elevado a categoria de Reino Unido de Portugal e Algarves. (PALMA, 1978, p.59)

A partir daí foi moldado todo um aparato administrativo, sendo criados vários órgãos administrativos, dentre os quais a Academia Real Militar e o cargo de Intendente Geral da Polícia da Corte e Estado do Brasil, que era desempenhado por um Desembargador do Paço, sendo colocado um Delegado em cada Província, e “Instituiu o Supremo Conselho Militar e da Justiça, fundou o Tribunal da Mesa e do Desembargo do Paço e da Consciência e Ordens, instaurou o cargo de Juiz conservador da Nação Britânica, deu à Relação do Rio de Janeiro a categoria de Casa de Suplicação [...]” (VIEIRA, 1965, p. 321).

Foi inserido no referido contexto uma atividade denominada de inteligência policial, a qual tinha como atribuições reprimir os crimes ditos comum, uma maneira estratégica de política preventiva contra espionagem e agitadores oriundos da França. Toda a metodologia de segurança era muito evidenciada em função das circunstâncias políticas internacionais, visto que Dom João VI criou uma estrutura de corpo policial que lhe providenciasse resultados informativos com relação ao comportamento do povo, bem como efetuar a preservação da Corte do contágio dos ideais liberais da Revolução Francesa.

O surgimento da Polícia Civil no Brasil remonta à época da chegada de D. João VI, em 1808, quando criou ele o cargo de "Intendente Geral da Polícia da Corte e Estado do Brasil", que era desempenhado por um desembargador do Paço, com um delegado em cada Província. A infração penal e sua autoria sempre foram apuradas pela Instituição Policial Civil, mesmo antes de no Brasil haver sido criado o Inquérito Policial. A legislação vigente no Brasil era a mesma de Portugal, baseada na herança romana e nas Ordenações Afonsinas (1446 a 1521), Manuelina (1521 a 1603) e Filipinas (1603 a 1867). O processo criminal brasileiro era nessa época, tripartido, compreendendo a "Devassa", a "Querela" e a "Denúncia". (O início da polícia civil no Brasil, www.forumseguranca.org.br/.../o-inicio-da-policia-civil-no-brasil, 2/6/2009, acesso 24/04/10)

Estava implantada a atividade policial, eminentemente civil, sendo considerado o fundador da Polícia Civil no Brasil o Desembargador Paulo Fernandes Viana, o primeiro a ocupar o cargo de intendente, designado para a função no dia 5 de maio de 1808 e nela permanecendo por doze anos.

Em 22 de junho de 1808, foi criada a Secretaria de Polícia, ficando centralizadas todas as atribuições policiais na Intendência Geral de Polícia da Corte e do Estado do Brasil.

No plano administrativo, o Intendente Viana organizou a *Secretaria de Polícia* e propôs três *Oficiais* para a execução dos serviços. O primeiro seria o responsável pelos teatros e divertimentos públicos; expedição de alvarás e licenças para as casas de jogo e botequins; controle da mendicância e elaboração dos censos da população. O segundo oficial controlava o

expediente das capitâneas, os transportes, as estalagens, as cadeias e a iluminação pública. Ao terceiro oficial cabia a expedição e controle dos passaportes, estrangeiros e casas de correção de escravos, como o Calabouço. A Intendência também fornecia trabalhadores, geralmente desordeiros, negros ou mestiços, presos pela polícia para os serviços públicos. Os presos eram utilizados nas tarefas relativas à limpeza e ao abastecimento dos prédios públicos. (OLHARES SOBRE A *POLÍCIA* NO BRASIL: A CONSTRUÇÃO DA *ORDEM* IMPERIAL NUMA SOCIEDADE MESTIÇA - ab-mai-jun/2009 - [http://www.revistafenix.pro.br/PDF19/Artigo_01 Francis Albert Cotta.pdf](http://www.revistafenix.pro.br/PDF19/Artigo_01_Francis_Albert_Cotta.pdf). Acesso em 24/04/2004)

Como consequência da independência política, o Brasil teria que se organizar internamente. Em função disso foi promulgada a Constituição do Império do Brasil de 1824, a qual possuía em sua previsão normativa legal que a prisão só poderia ser por flagrante delito ou por ordem escrita da autoridade competente. Nesse ínterim, já podemos vislumbrar a necessidade de se criar uma estruturação organizacional de polícia judiciária, havendo uma similitude de conformidade com os paradigmas normativos hodiernos que regem a matéria em alusão.

Em 1832, foi promulgado o Código de Processo Criminal, fazendo um gerenciamento na organização, dando uma conotação descentralizada, sendo criado o cargo de Intendente Geral, que substituiu os chefes de polícia, escolhidos dentre Desembargadores e Juizes de Direito para representar a comarca.

Diante do avanço da criminalidade no Brasil, os Juizes e Desembargadores ficaram impossibilitados de operacionalizar de forma justa e profissional com relação às questões policiais, em razão disso foi outorgada em 1841 a Lei nº. 261, criando o cargo de Delegado de Polícia.

A Lei 261, de 3 de dezembro, determinou que os chefes de polícia seriam escolhidos entre os desembargadores e juizes de direito, e que os delegados e os subdelegados podiam ser nomeados entre juizes e demais cidadãos, tendo autoridade para julgar e punir. A lei estabeleceu as funções de polícia administrativa e de polícia judiciária. Na primeira, os delegados assumiam atribuições da Câmara Municipal, como as de higiene, assistência pública e viação pública, além daquelas de prevenção do crime e manutenção da ordem. Na função judicante, podiam conceder mandados de busca e apreensão, proceder a corpo de delito, julgar crimes com penas até seis meses e multa até cem mil-réis. O regulamento de julho de 1842 instituiu o controle civil sobre a polícia militar, que foi reforçado pelo regulamento de janeiro de 1858. (HOLLOWAY, 1997, p. 170)

1.3 Marco inicial da Polícia Civil no Brasil

Foi estabelecido como marco inicial da Polícia Civil no Brasil o dia 31 de janeiro de 1842, através do Decreto nº120, que regulamentou o Código de Processo Criminal, dando uma reestruturação a Polícia Civil que surgiu, conforme KEYSSELT e FERNANDES (2006, p.28), “como instituição especializada no sistema policial brasileiro”. O referido dispositivo legal definiu as funções da Polícia Civil, colocando sob chefia suprema do Ministro da Justiça, manteve a competência de legislar sobre a sua atividade reservada ao poder central, tendo suas bases delineadas no modelo francês de uma Polícia Administrativa e Judiciária de cunho repressivo.

[...] O delegado de polícia, que surgiu em 1841 como uma intervenção centralizadora nas localidades, tornou-se dependente das elites locais a partir de 1871. O cargo do delegado ficou comprimido entre a intenção de sua criação e as condições objetivas de seu exercício. Já ter uma força estadual armada representava para o presidente da província a garantia de autonomia política perante o poder central e os interesses locais. A perda de prestígio social do cargo de delegado neste cenário foi decisivo para desequilibrar a balança entre polícia civil e polícia militar. (BONELLI, 2003, p.8)

Em 1895, foi criada a Secretaria de Polícia e Segurança Pública tendo, no decorrer dos tempos, passado por diversas reformas em sua estrutura orgânica, resultado do quadro político do Brasil que foi marcado por vários golpes de Estado, e interferências políticas partidárias, de conformidade com Palma (1978, p.182), as tendências políticas eram “ligadas ao organismo policial e a sua gestão”. Nesse período, era comum a manipulação dos cargos policiais, contrariando princípios de autonomia, tão necessários à eficiência e eficácia da atividade policial, além de interferir sobejamente na consolidação da polícia de carreira profissional. Tal reclamo ainda ecoa na contemporaneidade, sendo suavizado por discursos, muitas vezes alegóricos, de convivência pacífica e democrática entre os diversos poderes.

1.4 A polícia civil do Estado do Ceará

Em 23 de setembro de 1836 foi sancionada a Lei nº 51 pelo Presidente da Província, José Martiniano de Alencar, criando o cargo do Agente de Polícia. Tal cargo tinha por finalidade auxiliar os trabalhos investigativos da Polícia Judiciária no Ceará e era subordinado diretamente ao Presidente da Província e aos juízes de direito (chefe de polícia), de quem recebiam ordens.

De acordo com MELO (2007, p.26)

Tinham como incumbência exercer cumulativamente com os juízes de paz a prisão de autores de homicídio, bandos armados, apreensão de armas ilegais e velar pela segurança individual dos cidadãos. Além de ordenados anuais, recebiam a gratificação de 100\$000 (cem mil-réis) por cada prisão de homicida e 10\$000 (dez mil-réis) por cada arma apreendida, sendo duplicada a gratificação quando a prisão se tratava de bandos armados.

Com a Lei nº154, de 27 de setembro de 1838, o cargo de Agente de Polícia foi extinto e pela Lei Geral (Imperial) nº 261 de 03 de dezembro de 1841, foi extinta a Intendência Geral de Polícia da Corte e do Estado do Brasil e oficialmente criado o cargo de Chefe de Polícia.

A Polícia Civil do Ceará tem seu marco histórico em 31 de janeiro de 1842, quando foi instalada a Chefatura de Polícia do Ceará, que passou a executar os serviços da Polícia Civil, seguindo as normas estabelecidas pelo Regulamento nº120, que regulou a execução da parte policial e criminal da Lei nº261, de 03 de dezembro de 1841.

A primeira Chefatura de Polícia do Ceará funcionou nas dependências do imóvel da Câmara.

[...] instalada no mesmo local onde, posteriormente, foi erguido em 1949, na administração do Prefeito Acrísio Moreira da Rocha, o famoso “Abrigo Central”, demolido em 1967 pelo Prefeito José Valter Cavalcante para ampliação da Praça do Ferreira. No mesmo prédio funcionou a 1ª Delegacia de Polícia da Capital, sob a titularidade do Delegado José Pio Machado nomeado para o cargo no dia 18 de março de 1842, tendo como suplentes Pedro Pereira da Silva Guimarães, Joaquim Mendes da Cruz Guimarães, José Antônio Machado, José Maria Eustáquio Vieira e Antônio Rodrigues Ferreira. (MELO, 2007, p. 28)

O Juiz de Direito da Comarca de Fortaleza, Dr. Miguel Fernandes Vieira, respondeu officiosamente por essa repartição. Vê-se a ligação entre o judiciário e a polícia judiciária cearense. No mês seguinte, foi então o Dr. João Antônio de Vasconcelos exonerado, e novamente um Juiz de Direito assume a pasta, desta vez o Dr. Antônio Bastos de Oliveira, da comarca do Crato, porém não assumiu o cargo.

Diante desta situação o Dr. Miguel Fernandes Vieira, que vinha permanecendo de forma interina na titularidade da Chefatura de Polícia do Ceará foi efetivado no cargo através da Carta Imperial de 21 de setembro de 1843.

A Polícia Civil do Estado do Ceará passa a se firmar e a trabalhar de forma investigativa. Outra mudança que enfatizou sua criação foi a instituição do Inquérito Policial,

que seria lavrado sob a presidência do Delegado de Polícia, Bacharel em Direito. Este fato foi instituído pela Lei nº. 2.033, de 20 de setembro de 1871, regulamentada pelo Decreto nº. 14.824 de 22 de novembro do mesmo ano, sendo que o artigo 42 da referida lei chegava inclusive a defini-lo: "O Inquérito Policial consiste em todas as diligências necessárias para o desenvolvimento dos fatos criminosos, de suas circunstâncias e de seus autores e cúmplices, devendo ser reduzido a instrumento escrito" (SURGIMENTO DO INQUÉRITO POLICIAL, 2007, *on line*)

1.5 A descentralização política com o advento da República.

A Proclamação da República veio modificar a gestão pública no que diz respeito à descentralização política. O Código Penal de 1890 retirou as atribuições criminais das Chefaturas de Polícia, deixando a segurança pública a cargo dos Estados. A Chefatura de Polícia do Ceará foi extinta por Ato de 24 de setembro de 1891 do então Governador José Clarindo de Queiroz, ficando seus serviços subordinados à Secretaria de Justiça, criada naquele mesmo ano, juntamente com a da Fazenda e a do Interior.

Os trabalhos da Polícia Judiciária permaneceram subordinados à Secretaria de Justiça até 1909, quando foi restaurada pela Lei 897, de 31 de agosto do mesmo ano, a Chefatura de Polícia, extinta novamente pela Lei nº. 1.113, de 06 de setembro de 1913, que estabeleceu a Secretaria de Justiça, com a denominação de Secretaria de Justiça e Segurança Pública. (MELO, 2007, P.29)

Na administração do Dr. João Tomé de Saboya e Silva, no quadriênio de 1916 a 1920, entrou em evidência a Lei nº 1.343, de 26 de agosto de 1916, que criou quatro Delegacias Regionais de Polícia. Nesse período, foram implantadas várias subdelegacias em distritos. Os Delegados eram nomeados pelo Presidente do Estado, dentre os cidadãos de reconhecida idoneidade, diplomados ou não.

No governo do Dr. José Carlos de Matos Peixoto, foi criada a Secretaria de Polícia e Segurança Pública (SPSP), através da Lei nº 2.576, de 23 de julho de 1928

1.6 A polícia civil do Estado do Ceará na Era Vargas

No governo provisório de Getúlio Vargas (1930 a 1934), o Interventor Federal do Ceará, Manuel do Nascimento Fernandes Távora, suprimiu, pelo Decreto nº38 de 1º de novembro de 1930, a 2ª Delegacia de Polícia da Capital, restaurada no ano seguinte, por Decreto nº365 de 26 de dezembro de 1931.

Considerando o interventor federal, Capitão Roberto Carneiro de Mendonça, que os serviços da Polícia do Ceará não exigiam a permanência de uma Secretaria do Estado para os Negócios da Segurança Pública, repartição de caráter puramente administrativa, extinguiu pelo Decreto nº 561, de 02 de abril de 1932 a Secretaria de Polícia e Segurança Pública, restabelecendo a antiga Chefatura de Polícia, que passou a superintender os serviços de Polícia Civil, ficando a Chefatura subordinada à Secretaria do Interior e da Justiça. (MELO, 2007, p. 30)

Também foi criada, nessa mesma administração, uma Delegacia de Polícia no Estado, a denominada Delegacia Auxiliar, em 1932, que funcionou à Rua Conde D'Eu nº 1.029.

Foi propagada no Brasil em 1935 uma conspiração denominada de Intentona Comunista, a qual visava à deposição do Presidente Getúlio Vargas. As ideias extremistas da época contribuíram para que o regime equipasse seu aparelho policial e colocasse em prática medidas preventivas e ações repressoras que se fizessem necessárias.

Por ocasião da criação da Delegacia Auxiliar, foi criada uma Seção a qual entrou em funcionamento para proceder em investigações e acompanhar de perto as atividades de agitadores e semeadores das doutrinas estrangeiras, principalmente no se tratava das ideias de cunho comunista provenientes da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas – URSS. Isso exigiu a necessidade de apurar em forma de inquérito policial as ações consideradas subversivas da Ordem Social no Ceará.

Através de uma Resolução Legislativa consubstanciada na Lei nº130, de 30 de julho de 1936, foi oficializada a Delegacia de Ordem e Política Social – DOPS.

No ano seguinte surgia a Delegacia de Investigações e Capturas:

Restaurada a Secretaria de Polícia e Segurança Pública pelo Decreto nº14, de 14 de dezembro de 1937, a Delegacia Auxiliar, subordinada a então Chefatura de Polícia que havia sido extinta, foi transformada pelo Decreto nº 344, 1º de setembro de 1938, na Delegacia de Investigações e Capturas (DIC), que passou a ter atribuições de combater os crimes contra a coisa alheia, fiscalização do meretrício, repressão do proxenetismo, jogos de azar e loterias clandestinas, vadiagem, capoeiragem, mendicância, falso espiritismo, mistificação, cartomancia, toxicômanos, exercício ilegal da medicina e outras ilicitudes. (MELO, 2007, p. 31)

Constantemente a dinâmica de gestão da Policial Civil era alterada nesse período, sendo também criada, em 1937, a Inspetoria de Trânsito e Inspetoria de Polícia Marítima e Aérea.

Há relatos de serviços de fiscalização e aplicação dos dispositivos regulamentares do trânsito em geral através da Inspetoria de Trânsito em geral, que funcionava em edifício próprio para ela construído em 1937, tendo como gestor o General Manuel Cordeiro Neto, com imóvel situado na confluência das ruas Conselheiro Tristão e Antônio Pompeu, hoje sede da Delegacia de Roubos e Furtos de Veículos e Cargas.

A Inspetoria de Polícia Marítima e Aérea funcionava num edifício localizado nas proximidades do Porto de Fortaleza, e mantinha agências nas localidades de Camocim, Acaraú e Fortim, bem como diversas subagências instaladas na Barra Nova, Cascavel, Mundaú, Pecém, Paracuru, Porto dos Barcos e Jericoacuara.

Em 1945, com o fim do Estado Novo e conseqüentemente da era Vargas em seu primeiro plano, é estruturada a organização da Polícia Civil:

[...] estava compreendida por duas distritais (1ª e 2ª Delegacia), duas Delegacias Especializadas (Delegacia de Ordem e Política Social – DOPS e a Delegacia de Investigação e Capturas – DIC). Tinha ainda a Polícia Civil a incumbência de executar o serviço da Inspetoria de Polícia Marítima e Aérea e o da Inspetoria do Trânsito, ficando essa última subordinada à 1ª Delegacia de Polícia. (MELO, 2007, p. 32)

As duas delegacias distritais e as especializadas passaram a ter como sede, a partir de 1942, o prédio da Secretaria de Polícia e Segurança Pública, na Praça dos Voluntários, hoje ocupado pela Superintendência da Polícia Civil. Na parte térrea funcionava o 1º e 2º Distrito Policial e a DIC. No primeiro andar funcionava o DOPS.

A composição técnica da Polícia Civil era formada em parte através do Gabinete de Identificação e Estatística, e o Gabinete Médico-Legal, esse último instalado numa das dependências do Palácio da Luz, frente à Igreja do Rosário.

Com o fim do Estado Novo, foi outorgada a Constituição de 1946 a qual estabeleceu novas diretrizes para a Polícia Civil, conseqüentemente a Constituição Estadual do Ceará incluiu uma nova organização de gestão e operacionalidade, a qual estabeleceu a criação da Polícia Civil de Carreira.

Na metade da década de 60, tivemos o Golpe Militar, implantando um policiamento mais com conotação a servir ao sistema da época do que contribuir com a real função policial.

Logo após o regime militar, encerrado historicamente em 1985, foi instalada uma Assembleia Nacional Constituinte gerando a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, apelidada de “Constituição Cidadã”, com a preocupação de romper com o racismo e com as diversas formas de discriminação, fazendo valer a igualdade de direitos entre todos, além de dar garantias aos presos.

A referida constituição vem fundamentada em um Estado Democrático de Direito, trazendo em suas novas perspectivas fomentadoras de direitos dos cidadãos também uma previsibilidade de uma amplitude social a todos brasileiros. No entanto a realidade social não condiz com o que está preconizado na Carta Magna, sendo que a realidade social deixa muito a desejar no aspecto de formação digna dos cidadãos desse país, inclusive o padrão educacional do Brasil é sofrível, sendo esse um dos fatores comprometedores da larga escala da violência.

Na hodierna conjuntura da segurança pública, o Brasil vive um momento grave de guerra civil instalada de forma permanente. Ondas de violência urbana se expandem em vários pontos do território brasileiro com uma nova modalidade de violência, onde as vítimas, na maioria das vezes, são trabalhadores ou os excluídos da sociedade. Esse cenário é um marco na história brasileira onde a violência começou com o genocídio dos índios, passando pelo massacre do negro africano, os mortos políticos da ditadura, os conflitos rurais por terras, e a falta de igualdade de direitos das populações de baixa renda e demais excluídos do século XXI.

Isso coloca o Estado não como um pacificador de conflitos, mas como um promotor de violência. As elites sempre controlaram o poder da justiça brasileira e usaram as instituições policiais como instrumento a seu serviço. A preocupação com a distribuição de renda e com a inclusão social nunca fizeram parte dos planos dos “donos do poder”, que jamais quiseram se desfazer das práticas de dominação, discriminação e exclusão.

2. EDUCAÇÃO POLICIAL: A BASE DE UMA POLÍCIA PROFISSIONAL

2.1 Polícia limitada por equívocos de gestão

A dimensão educacional que se deseja formar no policial profissional passa por uma forma intelectual atualizada. O que se vê é uma polícia participando com uma instrumentalidade tradicional, sistema obsoleto de gestão, educação e instrução; isso é uma das fontes geradoras de uma polícia limitada, vítima de suas próprias limitações, pois a própria dinâmica aplicada na preparação policial possui uma visão conservadora, completamente fora de foco no tempo e no espaço; não condiz com a grave realidade principalmente advinda dos centros urbanos.

Uns dos grandes desafios da modernidade no sistema policial são os equívocos de gestão, visto que o policial estrategicamente e culturalmente torna-se vazio, pois a metodologia de ensino apregoada na Academia de Polícia é fundamentada em conceitos obsoletos, arraigados em uma antiquada metodologia, e em muitas ocasiões existem resquícios de posturas ditatoriais.

Ademais, temos uma paupérrima carga horária, visto que o tempo não é adequado para cobrir as exigências da realidade policial. Percebe-se claramente que os policiais na prática aprendem mais com improvisos do que com metodologias eivadas de conteúdo sólido de aprendizado.

A polícia hoje atua mais por impulso emocional do que com técnicas estratégicas de raciocínio lógico dedutivo, ou seja, é uma polícia usualmente e comumente fulcrada em suporte empírico e em improvisos, como já foi aduzido no presente conteúdo monográfico.

Um outro sério problema são as condições de logística de trabalho aplicada a cada complexidade ou missão a ser cumprida. É evidente a ausência de um contingente dividido em equipes de investigadores, isto é, não há uma sincronia ou entrosamento, pois o atual sistema que impera na gestão policial claramente não valoriza o ser humano; e sim, os aparelhos de logística do sistema, os quais promovem o marketing publicitário no campo visual para o público, no entanto a segurança pública do Ceará está pífia e sem criatividade.

Paulo Freire explicitou em seu conteúdo pedagógico no que diz respeito à concepção libertadora de educação, ensinando que a leitura da palavra precisa vir acompanhada da leitura do mundo. Dessa maneira a educação pode também libertar e não apenas alienar as

peessoas. A partir disto, temos uma reflexão sobre as reais possibilidades e os limites do policial integrar, ao seu saber técnico, a capacidade de educar as pessoas, dentro do seu espaço de trabalho.

2.2 Polícia, educação e formação humana

Vivemos numa comunidade humana onde existe uma pluralidade de formas de existir, sentir e pensar. É um ambiente propício para cultivar a originalidade das diferenças individuais como a expressão mais genuína da riqueza desta comunidade.

Destarte, haveria maiores possibilidades de respeitar os diferentes pontos de vista, e nos confrontos necessários, criar um clima de entendimento ressaltando a importância do diálogo e da solidariedade.

O objetivo maior de um bom profissional consiste em se tornar cada vez mais competente. Porém, o que é ser competente? O que é preciso ser feito para nos tornarmos competentes na profissão que escolhemos?

A princípio temos dois aspectos que precisamos melhorar no desempenho profissional: o conhecimento, mas não aquele estagnado; e sim, o conhecimento das múltiplas formas que possam intervir na prática; e a experiência, que surge ao longo da prática, onde dominamos gradativamente as variáveis dessa prática. Concordamos com Rios (2002, p.93), quando traz o conceito integrado de competência e qualidade: “competência que se apresenta como uma totalidade que abriga em seu interior uma pluralidade de propriedade, um conjunto de qualidades de caráter positivo fundadas no bem comum, na relação dos direitos do coletivo de uma sociedade”.

Ressaltamos, porém, que o fato de dominarmos determinada forma de conhecimento não deve provoca em nós o comodismo ou ainda nos fecharmos nos conceitos conhecidos, pois a vida é movimento e, como tal, tudo o que fazemos também o é.

Diante da singularidade do ato educativo e do desejo de saber, Goulart e Bregunci, (1990, apud BORBA, 2000, p.58), afirmam que: “O ato pedagógico é singular porque se insere em relação de estreita dependência com o papel do professor, papel este crucial na emergência ou a inibição do desejo de saber”.

O passo decisivo para a evolução do conhecimento é o hábito de utilizarmos as avaliações e análise da nossa prática. O problema não é apenas se temos conhecimento teórico, mas se dispomos, entre outras coisas, de marcos interpretativos, o que dificulta a busca de modelos racionais ou padronizados para a prática educativa. Logo, a decisão de

adotar uma estratégia de mudança antecede ao desenvolvimento da compreensão, da ação, iniciando-se assim o processo de reflexão.

O processo educativo depende da interação complexa de todos os fatores na relação ensino-aprendizagem. Zabala (1998, p.16), nos mostra com maestria que “nosso marco de análise deve se configurar mediante modelo mais próximo à teoria do caos, em que a resposta aos mesmos estímulos nem sempre dá os mesmos resultados.”

2.3 A complexidade do processo educativo

O processo educativo é algo bastante complexo tendo em vista que o mesmo tem como finalidade uma larga abrangência, e como tal, são identificados alguns fatores que o definem como parâmetros institucionais, organizacionais, tradições metodológicas, possibilidades reais da ação do professor, entre outros. Porém, tais fatores não se fecham com a perspectiva da capacidade de fluidez do professor, de perpassar esses caminhos e realizar a prática educativa vinculada com o ser integrado.

A complexidade da relação entre a educação - público alvo - e a sociedade, tem como consequência a dimensão de ensino-aprendizagem. A prática docente é uma atividade relacional e como tal precisa estar acompanhada da afetividade, fundamental na perspectiva do saber ser.

Tendo como referência a complexidade da educação, acreditamos que as dificuldades aí surgidas devam ser resolvidas dentro dela. Morim (2000, p.17), amplia essa questão: “A compreensão mútua entre os seres humanos, quer próximos quer estranhos, é, daqui para frente, vital para que as relações humanas saiam de seu estado bárbaro de incompreensão”.

As relações que se estabelecem entre as pessoas afetam diretamente o grau de comunicação e os vínculos afetivos e dão lugar a determinado clima de convivência. Ressalta-se a sensibilidade do policial para perceber se a sua comunicação com as pessoas alcança as necessidades de relacionamento e de respeito ao ser humano, independente da classe social a que pertença.

Ensinar envolve estabelecimento de uma série de requisitos e relações que devem conduzir à elaboração e criatividade, por parte do aprendiz, de representações pessoais sobre o conteúdo – objeto da aprendizagem. Para cada pessoa, o resultado desse processo será diferente, trará coisas diferentes, e a sua visão da realidade também será diferente. Mesmo compartilhando elementos com os outros, terão respostas únicas e pessoais.

Reconhecemos a diversidade, que é inerente à natureza humana que deve ser considerada dentro da relação ensino-aprendizagem.

2.4 A imprescindível função do educador policial

O perfil do policial-educador que se delinea para a sociedade atual é aquele que faz reflexão de sua própria prática de forma crítica e reflexiva, criando assim possibilidades educativas.

É preciso compreender os diferentes desafios que emergem do contexto atual em que estamos inseridos. Tais desafios se constituem de situações novas que requerem conhecimentos e habilidades específicas do policial.

Lima (1995, p.17) aludiu o seguinte: “É na condição de eternos aprendizes da prática docente que vamos mudando, fazendo e refazendo a nossa profissão, bem como, crescendo como pessoas e como profissionais”.

Zabala (1998, p.28) enfatiza que as relações interativas assumem algumas funções, tais como:

[...] considerar as contribuições das pessoas, sendo esse o ponto de partida para a relação entre ensino e aprendizagem, onde se possa comentar, perguntar, mediante situações de diálogo e participação, criando uma relação de respeito mútuo, pois a aprendizagem é potencializada quando convergem as condições que estimulam o trabalho e o esforço.

Mostrar que o conhecimento pode conduzir as pessoas a novos campos de conhecimentos no intuito de ajudar de forma necessária para a elaboração de conteúdo, exige envolvimento pessoal e afetivo do policial.

É necessário entender a educação como um processo de participação e construção conjunta, que leva a compartilhar significados pelos canais de comunicação estabelecidos em sala de aula, utilizando a linguagem de maneira clara e explícita, dando oportunidade aos alunos de escolher as atividades que desejam realizar, dentro do que for apresentado.

Nessa visão declinava Paulo Freire (1979, p.86) em Ação Cultural para a Liberdade que a educação formatada na liberdade:

[...] contribuía para que as intervenções do educador se ajustassem às necessidades dos educandos, passando pelo incentivo aos alunos, vislumbrando os seus aspectos positivos, avaliando-os conforme seus esforços, e atuando como o apoio que necessitam para seguir avante, estabelecendo assim as bases de um ensino que possa ajudar a se

conformarem como pessoas no contexto de suas vidas e dos locais onde atuam.

Consideramos ainda a formação na liberdade com uma possibilidade de expressão e ação, exercitando assim a liberdade responsável, compreendendo que educar na liberdade é educar nos critérios que tornam possível seu exercício responsável e respeitoso em relação aos demais.

3. A FORMAÇÃO DO POLICIAL CIVIL

3.1 Em busca de uma identidade profissional sólida

Diante da realidade política, social e econômica inserida no logicismo do capitalismo mundial, são elaborados novos estudos sobre a cultura organizacional, tomando por base os sujeitos sobre a cultura organizacional. Na hodierna constituição da sociedade, presenciamos a evolução do modelo fundamentado e respaldado na burocracia, que tem como característica a conceituação de caráter mecanicista de administração pública.

Em face disso, temos como contra-ponto os estudos sobre a desenvoltura das organizações que indicam as posturas de co-participação, como indicativo de eficiência. Assim sendo, grande número de instituições públicas faz um esforço de realização de práticas cada vez mais descentralizadas e participativas, ao mesmo tempo interdependentes e integradas.

Considerando esta ideia, o estudo em tela visa discutir a gestão participativa, voltada para ações que envolvem a ação humana direcionada para a transformação da realidade por meio da atuação profissional coletiva.

A formação profissional nos remete à construção de uma identidade a partir da significação social da profissão, em sua rede de relações com os outros. A concepção de alguém, ou seja, o que me difere do outro. De conformidade com Pimenta (1999, p.42) “é algo em constante construção, é uma identidade profissional que se constrói, pois, a partir da significação social da profissão: da revisão constante dos significados sociais da profissão; da revisão das tradições”.

É necessário observarmos, de forma amíuade, a reafirmação de práticas consagradas culturalmente e que permanecem significativas. Práticas usuais possuem a tendência a resistir às inovações, confrontando diretamente com as teorias e a práxis, da análise sistemática das práticas à luz das teorias existentes, da construção de novas teorias.

Ao abordarmos a formação de policiais civis para o Estado do Ceará, faz-se necessário que tenhamos em pauta as condições objetivas dos serviços públicos e o papel do Estado no tocante às questões de Segurança.

O Estado moderno apresenta em seu bojo, originariamente, ramificação histórica da política institucional e do ente político de qualquer organização moderna. A denominada

“nova administração pública” vive o impacto das teorias gerenciais, na suposta autonomia ou heteronomia de mercado.

Para essa reflexão chegamos à seguinte indagação: o aluno de Curso de Formação para Escrivão da Polícia Civil identifica-se com esse trabalho? Questionamos também o fazer da profissão no confronto com o cotidiano de uma Delegacia de Polícia Civil.

A identidade é construída a partir da significação social da profissão e de suas tradições, bem como da análise de práticas à luz de teorias exaustivamente debatidas. Diante desse direcionamento, os policiais buscam se apropriar de seus processos de formação para promover a interação do eu pessoal com o eu profissional, no ambiente de convivência coletiva.

Para Brzezinski (2002, p. 09), a identidade profissional configura-se como uma identidade coletiva. Ela explica que

A identidade construída pode ser pessoal ou coletiva. A primeira é configurada pela história e experiência pessoal e implica um sentimento de unidade, originalidade e continuidade, enquanto que a segunda é uma construção social que se processa no interior dos grupos e das categorias que estruturam a sociedade e que conferem à pessoa um papel e um *status* social.

O movimento de construção de identidade do profissional da Polícia Civil é um processo influenciado pelo contexto institucional e social em que está incluído. Fatores como a concentração de renda, desigualdade e exclusão social constitui aspectos que contribuem para o aumento da violência nas cidades capitais. Por esse motivo, consideramos necessária uma formação mais humanizada desses policiais para que esse profissional possa entender o significado social de seu labor, envolto de intensas responsabilidades, atitudes e valores.

A formação de um policial implica, na verdade, em um investimento pessoal, um trabalho livre e criativo sobre os percursos e os projetos próprios, com vistas à construção de uma identidade, que é também uma identidade profissional. Por tratar-se de um processo de construção social e histórico, a identidade profissional configura-se como um incessante ato de dar e receber informações que se solidificadas e se torna conhecimento de caráter prático.

Dessa forma, fatores de caráter pecuniário, realidade de mercado, condições de labor, o exercício da profissão e o reconhecimento social, poderão contribuir para a construção de uma atitude profissional com a intenção de transformar a dura e carente realidade.

A palavra profissional nos conduz a uma construção de técnicas e habilidades, que uma determinada função ou trabalho, deve apresentar sendo submetida a uma avaliação social

no que diz respeito ao reconhecimento. São inseridos nesse contexto valores, interpretações, visões de mundo, imagens vividas como positivas e almeçadas.

O futuro policial, quando está em fase de preparação, passará a exercer atividades dentro de uma delegacia de polícia civil, dentro de uma realidade neoliberal fundamentada na atual contextualização histórica da globalização, onde a comunidade apresenta diferenças oriundas da acumulação ou não de bens. É importante salientar que a conduta comunicativa do policial deveria ser guiada por uma racionalidade dialógica interativa de caráter reflexivo.

3.2 O compromisso social da atividade policial

Ao ser investido na função pública, o policial assume o compromisso de servir à comunidade. É a razão de ser do seu cargo da instituição e do próprio Estado, criado pelo povo para exercer o poder em seu nome, como instrumento de consecução do bem comum.

A natureza da função policial é a *múnus* público, ou seja, de encargo da defesa dos interesses da coletividade, não lhe cabendo o direito de deixar de cumprir os deveres que a lei impõe. A autoridade necessária à atuação funcional do policial não é atributo pessoal, mas do cargo ou da função. Não é, pois, privilégio; e sim, meio de impor a vontade da lei e as decisões da administração.

É vedado usá-la com intuito pessoal, abusar de sua situação, agir de forma arbitrária ou desonesta. Ao contrário, o exercício da autoridade é mesmo um dever, condicionado à necessidade de impor aos membros da comunidade uma conduta compatível com a ordem jurídica, condição de paz e de tranquilidade públicas.

Todo esse entendimento de doutrina jurídica não significa que o cidadão será sempre colocado na situação de paciente das ações policiais. É justamente para demonstrá-lo que a instituição, obediente às diretrizes de governo, está implementando a polícia comunitária, na qual o cidadão passa à condição do agente. Ele participa da condução da força; interage para que o trabalho policial tenha êxito e não se exceda. É também um controle legítimo e próprio da cidadania.

Por outro lado, quando esse mesmo cidadão for parte em uma ocorrência ou sofrer ação policial, não se opondo a ela; e sim, acatando-o, ainda que isso lhe traga o desconforto de revista pessoal ou apresentação de documentos, atos imprescindíveis à segurança política, o conceito de cidadania em face da polícia, passa, necessariamente, pela discussão desses dois papéis que cabem a cada cidadão.

ELIAS (1997, p.170) já afirmava que “os grupos institucionalizados entendem seu poder como superior, em relação aos marginais, como prova de seu mais elevado valor humano”, dando uma indicação sobre as dificuldades ligadas ao estudo desses grupos.

Para enriquecer essa discussão, é preciso recorrer à experiência de outros pesquisadores com problemas semelhantes. Em seu estudo sobre o sistema de pistolagem, BARREIRA (1998, p.20) asseverou, dando visibilidade a um dos “impasses” de sua trajetória de pesquisa, que:

é possível dizer que as ciências sociais, quando trabalham com os excluídos da história ou com processos de exclusão, têm, no horizonte de suas reflexões, a recuperação das identidades desclassificadas. Há uma espécie de identificação entre o investigador social e os excluídos da história. Assume-se dar voz aos excluídos, a exemplo dos operários, dos camponeses, dos favelados.

Em tom mais confessional, em sua pesquisa sobre policiais, BRETAS (1997, p.13) admitiu:

Eu sempre me senti um desviante, mais preocupado com o estudo das formas de dominação, mais envolvido com os meus medos que com vinhas afinidades. Antes a história dos vencidos em sentia ser importante uma boa história do vencedor e dos processos que levaram a este triunfo.

No mesmo sentido, ou seja, o dos problemas envolvidos com a natureza das investigações sobre grupos dominantes, LEMENHE (1995, p.41) explicitou, ressaltando a dimensão política de trabalho de pesquisa em ciências sociais, que: “realizar estudos sobre famílias dominantes é tarefa tão instigante quanto problemática”.

Em uma sociedade como a brasileira, onde princípios e regras democráticas claudicam, a opacidade do poder se constituiu como um desafio não só para o cidadão, como também para o cidadão pesquisador.

Como se vê, a reflexão sobre esse empreendimento de aproximação dos policiais civis não pode se ver presa à ideia clara do pensamento científico moderno de que o pesquisador procede a partir de um lugar autônomo, neutro, desinteressado. A inserção deste, além de suas implicações sociológicas mais gerais, pode comportar o peso de um ato político.

3.3 A realidade da administração de uma delegacia de polícia no Ceará

Infelizmente, as práticas que norteiam o emprego de recursos materiais e humanos, e o desempenho do trabalho estatal, através de suas instituições policiais, não têm sido

satisfatórios, considerando que o uso de um sistema policial-penal eficiente, também pode ser tomado como fator de aumento da violência, e não se mostra eficiente nem está atendendo satisfatoriamente à sociedade.

O Estágio Supervisionado desenvolvido na formação dos policiais civis do Estado do Ceará tem como foco a relação teórica e prática, considerando a compreensão do conhecimento a partir de uma análise crítica, fundamentada no movimento gerado pelo cotidiano de trabalho policial.

Numa preparação adequada dirigida aos alunos em formação policial, faz-se necessário que os mesmos sejam encaminhados para as delegacias, no intuito de dar um caráter objetivo e prático e proporcionar uma visão da realidade operacional e o real propósito dos serviços a serem desenvolvidos.

É necessário acessarmos a quem está diretamente ligado ao dia a dia das delegacias de polícia, a partir daí teremos uma noção realística tendo como foco norteador a visão da profissionalização, inserida no processo histórico-social na construção da identidade profissional a partir da vivência do cotidiano, isto aponta para resultados.

Inicialmente, deve-se fazer um levantamento sobre as atribuições extra-oficiais do Delegado de Polícia Civil. Os policiais como um todo devem ter uma consciência social de que estão servindo a comunidade, no sentido de conhecer os problemas e as possibilidades dos bairros circunvizinhos à delegacia. Ou seja, a visão do Delegado, juntamente com seu contingente de subordinados, deve visualizar com abrangência a sua importante participação na sociedade, e não ter apenas uma visão meramente corporativista.

A atividade do Delegado de Polícia Civil propriamente dita está em presidir os inquéritos policiais, gerenciar a delegacia, efetuar a lavratura de procedimentos e investigação por meio de Boletim de Ocorrências, Termo Circunstanciado de Ocorrências e Inquéritos Policiais e realizar auto de prisão em flagrante delito.

Devemos entender e ao mesmo tempo nos conscientizarmos que a atividade policial funciona como um trabalho de equipe, visto que o Delegado de Polícia é um misto de gestor e articulador da operacionalidade policial. No entanto, tal atividade necessita do equacionamento de esforços no tocante ao sentido harmônico de equipe, haja vista, há a figura importante do Escrivão de Polícia, o qual é o profissional de segurança pública que dá formatação ao inquérito policial e seu real sentido, tendo em vista que, na prática, o mesmo tem que tomar decisões quando o Delegado não se encontra no ambiente inquisitorial da delegacia. Em seguida temos a participação relevante dos Inspetores de Polícia Civil, os

quais, através das investigações, nutrem de informações os procedimentos policiais, sendo peças de fundamental importância na instrumentalidade do serviço policial.

É bom pensarmos na ideia de que o trabalhador policial estará exercendo sua cidadania e passará de simples executor a protagonista das políticas de planejamento e avaliação dos serviços, o que refletirá numa postura de compromisso diante das ações democráticas.

A gestão participativa, na realidade conjuntural das complexidades sociais, é uma das medidas capazes de surtir efeito positivo, debatendo as questões que estão diretamente ligadas às patologias sociais, bem como relacionadas às suas dinâmicas de vida, procurando encurtar os espaços na interação, visto que é quase nula a participação da população na formulação das políticas públicas, no gerenciamento dos serviços e, conseqüentemente, do processo de conscientização acerca do trabalhador na transformação social.

Especificamente, com relação à função do Delegado de Polícia, foram detectadas nas delegacias problemas de ordens estruturais para a realização de seu trabalho. A realidade conjuntural apresenta dificuldades que fazem a diferença com relação à qualidade do serviço aqui mencionado, principalmente: carência de profissionais, poucas viaturas, espaço físico inadequado, falta de rádios para comunicação, insuficiência de munição para as armas, diminuta aparelhagem para execução de serviços com qualidade: computadores velhos, impressoras, armários, fax, telefones e refeitório inapropriados para delegacias plantonistas, dependências da delegacia utilizadas de forma improvisada.

Um dos importantes requisitos de um ambiente profissional é sua estrutura física, bem como os aparelhos de suporte necessários para a consecução aproveitável e satisfatória de trabalho. Com relação ao trabalho desenvolvido pelos policiais civis, ficou evidenciado durante a dinâmica de serviço o ponto de vista de iniciativa para resolução da problemática, a coragem e determinação para enfrentar riscos típicos da profissão, exercitando prudência e a integração como meio de vencer coletivamente as barreiras.

É de fundamental importância perceber que deve haver uma consciência quanto à realização de um trabalho responsável e integrado. Diante de tais constatações, há a necessidade de visualizar os seguintes aspectos: a questão da heterogeneidade, presente no coletivo, que provoca divergências na forma como se realizam as atividades no cotidiano de trabalho; os valores sobre a função dos serviços públicos na sociedade, assim como o papel do servidor público na operacionalização desses serviços; a motivação para a realização do trabalho; a real crise pela qual vêm passando os servidores públicos – consequência da

desvalorização da profissão, agravada pelo achatamento salarial registrado nas últimas décadas na grande maioria dos segmentos das instituições públicas.

Está mais do que evidente que as respostas para tal problemática encontram-se em suas próprias mazelas, e que as discrepâncias no âmbito do serviço público do Estado do Ceará e na esfera da Segurança Pública já está chegando ao absurdo da sua acentuada deficiência. Na falta de recursos humanos e na realização do trabalho diante das questões que envolvem a violência contra a vida, os dispositivos usuais da Polícia Civil cearense carecem de uma valorização do ser humano e da questão salarial, bem como um apoio psicológico em larga profundidade. Buscando-se, assim, ênfase não só na qualidade de vida profissional, mas uma valorização no desenvolvimento pessoal do policial civil.

A desvalorização dos servidores públicos por parte da gestão pública é algo público e notório, principalmente com relação aos servidores públicos que atuam na segurança pública do Estado do Ceará.

Há problemas de ordem salarial quando não ocorre regularidade nas promoções, e o que é mais grave em relação a determinados servidores, os quais não são promovidos porque já chegaram ao topo de suas respectivas classes ou referências. O servidor funcionalmente fica parado no tempo e no espaço, não há evolução funcional no aspecto das promoções, conseqüentemente reflete negativamente em seus vencimentos. É uma das maiores injustiças que ocorre no campo do serviço estadual, no qual várias gestões se omitem em resolver com exatidão e firmeza de propósito tal problemática.

3.4 O curso de formação e experiência realística do treinamento profissional

No presente espaço abordaremos em sentido prático o Curso de Formação e Treinamento Profissional com relação a atividade de Escrivão de Polícia de 1ª Classe do Estado do Ceará.

Para tanto, foi solicitado aos concursandos que se encontravam na última etapa do curso de formação para Escrivães que elaborassem um relatório com as atividades desenvolvidas no Estágio Supervisionado.

Escolheu-se, aleatoriamente, os que cumpriam a disciplina de estágio nas Delegacias Distritais do 11º DP, no bairro Pan-americano, e no 33º DP, no bairro Cajazeiras, ambos na Cidade de Fortaleza, além da Delegacia Especializada DADT – Delegacia de Delitos de Trânsito, no centro da capital.

Fizeram parte desse citado estágio nove alunos da turma 06 (seis) da Academia de Polícia Civil, sendo os estagiários: Joilza, Joelma, Casseb, Lincoln, Moisés, João Paulo, João Mendes e João Neto.

O estágio teve por finalidade orientar os estagiários Escrivães durante a realização de trabalhos próprios de sua futura função em Delegacias e estabelecer os procedimentos a serem desenvolvidos, bem como os critérios a serem adotados para uma avaliação metódica e profissional dos estagiários diante dos desafios do cargo.

Todo processo de estágio foi acompanhado pela Prof^a. Daurely, que ministra a disciplina “Estágio Supervisionado”, da UECE – Universidade Estadual do Ceará, e pelas monitoras da APOC – Academia de Polícia Civil, as policiais civis Dione e Sandra. Estas últimas faziam visitas periódicas para o controle da frequência, pontualidade e desempenho da turma, a qual fora dividida em setores para um rendimento maior de estágio, sendo que alguns alunos se concentravam no Cartório, outros nas atividades de registro de Boletins de Ocorrência e tomada de depoimentos e declarações.

O grupo de estagiários acima enfatizou que durante sua estada nas delegacias citadas, foi recepcionado por todo o corpo funcional ali lotado; ou seja, foi bem orientado e recebido cordialmente.

O estágio constituiu-se em uma rica oportunidade para refletir sobre a própria prática, vivenciando o trabalho cartorário, mobilizando competências e habilidade na análise crítica das situações, aliando os princípios éticos de conhecimento na construção da identidade profissional de Escrivão de Polícia, proporcionando aos estagiários condições de independência e autonomia, buscando alternativas práticas diante das problemáticas encontradas no seu cotidiano de trabalho.

3.4.1 Atividades desenvolvidas e observadas

Durante três semanas foi realizado o Estágio Supervisionado encerrando a etapa do Curso de Formação de Escrivães da Polícia Civil, observando as práticas e atividades rotineiras das referidas delegacias.

Na primeira semana, de 05 a 09 de janeiro do ano de 2009, foi desenvolvido o estágio na 11^a DP, no bairro Pan-americano, presidido pelo então Delegado de Polícia Dr. José Maria Raulino e pelos Escrivães de Polícia Vera e Neto.

Na segunda semana os alunos estiveram na 33^a DP, no bairro Goiabeiras, presidida pelo Delegado Jurandir Braga Nunes, tendo como Escrivão de Polícia o policial Webster e,

finalmente, estagiaram na Delegacia Especializada DADT (Delitos de Trânsito), presidida pela então Delegada de Polícia Bel^a. Maria Alexandra Oliveira de Medeiros e pelas Escrivãs de Polícia Socorro e Luísa.

Considerando a estrutura física das delegacias visitadas, no que diz respeito aos espaços, salas e condições de conservação, foi observado: delegacias quentes, xadrezes mal iluminados e abafados, causando uma sensação de mau cheiro, com um pouco mais de vantagem para a 11^a DP, que possuía as salas de Cartório, de registro de Boletim de Ocorrência e sala do Delegado climatizada. Os demais ambientes daquela distrital são quentes.

Nas duas distritais pesquisadas, foi observado que as cozinhas são pequenas e pouco receptivas para consumo, inclusive na 33^a D.P. observou-se a presença de insetos, como formigas e baratas. Quanto à Delegacia Especializada, DADT, verificou-se uma situação considerada atípica, salas amplas, todas climatizadas, bem distribuídas, com conforto de cadeiras e equipamentos de trabalho.

Os equipamentos de trabalho nas delegacias são escassos, notou-se a falta de computadores nas distritais, ocasionando uma lentidão, principalmente nos registros de Boletins de Ocorrência, impressoras com defeitos e material de consumo deficiente, em muitas ocasiões até falta dos mesmos.

Na 33^a DP observou-se apenas um aparelho de telefone, na recepção, dificultando o trabalho do Escrivão e Delegado. A DADT no centro da cidade de Fortaleza apresentou a melhor estrutura de trabalho em relação às outras. Um inspetor de polícia, que não quis se identificar, relatou a deficiência no transporte, já que a viatura da delegacia encontrava-se com defeitos, causando transtornos para o seu trabalho rotineiro.

Da mesma forma, a falta de transporte e/ou manutenção dos veículos existentes é uma reclamação unânime nas delegacias que não possuem condições de executar um serviço de qualidade à população, muitas vezes por falta de veículos para a locomoção dos policiais aos locais dos fatos.

As atividades realizadas rotineiramente nas delegacias em geral foram os registros de Boletins de Ocorrência e tomada de depoimentos, bem como análise de inquéritos devolvidos pela Justiça, ofícios, notificação e diversas juntadas e arquivamento.

Durante o período do estágio não foi presenciado nenhum flagrante delito, fato este que deixou os estagiários um pouco decepcionados, tendo em vista que não foi colocado em prática o conhecimento teórico sobre tal procedimento, nem tampouco foi aberto inquérito policial por portaria.

Apesar disso, foi dada oportunidade para que os mesmos acompanhassem oitivas, inclusive uma vistoria realizada pelo DIP (Departamento de Inteligência Policial) na 11ª DP por denúncia de uso de aparelho de telefonia celular nas celas, ocasião em que os estagiários acessaram as dependências onde se localizam o cárcere, junto com os policiais, para inspeção no local.

No que diz respeito ao corpo funcional de serviço, foi encontrado nas delegacias 11ª DP e DADT um trabalho executado em conjunto, solidário, uma verdadeira equipe onde todos os partícipes colaboravam. Apesar do contingente reduzido, o esforço e harmonia fizeram a diferença no tocante a minimizar a carência de pessoal e quanto à produção de eficazes resultados no ambiente laboral, sendo tal momento reconhecidamente de verdadeira superação.

O mesmo não ocorreu na 33ª DP, onde foi visto pessoas com comportamento mais individualizado, cada policial envolvido de forma particularizada em seu próprio trabalho. Foi detectada certa ausência de companheirismo, percebeu-se também um grande volume de trabalho, bem como um número insuficiente de funcionários o que, sem dúvidas, reflete na qualidade do serviço.

É fato que o Estágio Supervisionado é uma etapa importante e significativa para os estagiários do cargo de Escrivão de Polícia, pois foi concluído, os quais se tornaram comprovadamente mais capazes e capacitados, sendo conhecedores da realidade da função que vão executar dentre em breve. Foi constatado que em todas as etapas por qual passaram os futuros escrivães, os serviços foram desenvolvidas com afinco e presteza, buscando gerar um bom serviço para a comunidade, registrando ocorrências, participando dos problemas enfrentados pela população em delitos diversos e, inclusive, colaborando com mão-de-obra, diminuindo a carência efetiva de profissionais da polícia.

Os estagiários aqui mencionados explicitaram o seguinte raciocínio no tocante a realidade que encontraram nas delegacias onde os mesmos estagiaram: “o ingresso de mais pessoal no serviço de segurança pública nas delegacias faz a diferença a que toda sociedade de fato merece.”

No período de 18 e 19 de dezembro de 2008 foram ministradas instruções com aulas teóricas, explanações estas proferidas na Faculdade Evolução, sendo inicialmente feita a apresentação do Estágio Supervisionado. Na ocasião foram colocadas as atividades a serem realizadas na Delegacia e, posteriormente, feita a avaliação. Também foram realizados estudos dirigidos de caráter individual e dinâmica de grupo.

Durante este período, foram inseridos textos que enfatizavam o Estágio Policial Supervisionado com fundamentação teórica, com Cristiano Lins Vasconcelos e Maria Socorro Lima. Um dos temas era sobre Identidade - com uma construção histórica, de autoria de Maria Marina Dias Cavalcante. Os alunos elaboraram um estudo sobre Pesquisa Narrativa, com base em reflexões sobre uma “Abordagem Experiencial de Formação”, de autoria de Elizeu Clementino de Souza. Também foi realizado estudo sobre Técnica de Coleta de Dados como instrumento para saber mais, com Kelma Socorro Lopes de Matos e Sofia Lerche Vieira. Por fim, Música no Cotidiano, de Chico Buarque.

Continuando a programação, foram aplicadas atividades com relação ao desenho da identidade de cada um e narrativa elaborada com a visão de estágio e a importância da memória.

No dia 19/12/2008 foi empregado estudo dirigido referente ao texto: Conduta na Produção do Conhecimento (Cipriano Carlos Luckesi). Nesta ocasião, foram incluídas atividades como uma carta para alguém falando das expectativas quanto ao estágio e o Bingo da Amizade.

No período de 05/01/2009 a 09/01/2009 foi desenvolvida dinâmica de estágio na 11ª DP, no bairro Pan Americano, com expediente de 08h00min às 12h00min e 14h00min às 18h00min, tendo como Delegado Titular o Bel. José Maria Raulino e Escrivães Vera e Neto.

Quanto à estrutura física da Delegacia, os alunos observaram um prédio razoavelmente grande, bem dividido, com salas separadas por funções: recepção, sala de B.O.s climatizada com um computador e impressora, ambiente do Cartório climatizada com dois computadores com duas impressoras, sala do Delegado com um computador com defeito e sem impressora, sala dos inspetores, sala de permanência.

Com relação aos xadrezes daquela distrital, os alunos notaram que os mesmos eram quentes e abafados, exalavam cheiro de sujo, embora a delegacia em geral, mantivesse os demais ambientes limpos, com exceção também dos banheiros sociais, que estavam sujos. Ali é feita visita aos presos às quartas-feiras pela Pastoral Carcerária da Igreja Católica, sendo 18 presos ao todo. A cozinha tinha um razoável aspecto de limpeza, porém apresentava recursos escassos para a refeição.

Quanto à organização, foi percebida pelos estagiários a existência de um trabalho conjunto dos escrivãos, inclusive das Escrivãs *Ad hoc*, em número de três, as quais se mostraram eficientes, se revezando em funções como registro Boletins de Ocorrência, recepção e protocolos de ofícios/notificações. Os Inspectores do expediente eram em número de seis ao todo, que se revezam nos serviços extremos e de permanência na delegacia.

A Delegacia registrou a fuga de seis presos no dia 01 de janeiro do ano de 2009.

No dia 08/01/2009, foi presenciada a entrega de dois presos vindos da 5ª DP em situação de flagrante delito por crime de roubo. No mesmo dia foram realizadas entrevistas com o Delegado Raulino e o Escrivão Neto. Os estagiários foram supervisionados pelas policiais Jane, Dione e Sandra como rotina do mencionado estágio.

Em seguida foi inaugurada uma nova etapa que compreende entre o dia 12/01/2009 a 16/01/2009, tendo como área de estágio a 33ª DP, localizada no bairro Goiabeiras, cujo titular é o Bel. Jurandir Braga Nunes, e o Escrivão-Chefe Webster.

Na mencionada delegacia foi observada, com relação à estrutura física, um espaço razoável, porém os alunos consideraram o ambiente quente, sem circulação de ar, com apenas duas salas climatizadas (a do Delegado e do Escrivão).

Foram verificadas sujeiras, principalmente na cozinha, com presença de baratas e formigas. A carceragem dos presos, que somavam vinte, mostrou-se um pouco melhor do que na delegacia anterior, principalmente no que diz respeito à entrada de ar e claridade. Nesta D.P. os presos não têm visitas. Os familiares apenas entregam na recepção os alimentos e objetos pessoais.

Quanto aos equipamentos, foi verificado um computador com impressora na sala do Escrivão e outro computador com impressora na sala do Delegado.

Com relação ao pessoal de serviço, existem quatro inspetores, um escrivão e um delegado titular, além de três terceirizados que se revezavam em atividades rotineiras de registro de Boletins de Ocorrência, recepção e protocolos de ofícios.

Os estagiários concluíram em seu relatório que o número de funcionários naquela delegacia era insuficiente, diante da demanda de serviços da área, contando inclusive, com média de oitenta inquéritos de homicídios dolosos para investigar, setenta homicídios culposos no trânsito em média para investigação, e ainda com cerca de noventa inquéritos para serem instaurados. Em consequência, existem trabalhos acumulados para o escrivão, fato este exibido para os estagiários.

Quanto às ocorrências observadas, houve a apreensão de um suspeito de prática de crime de roubo a uma locadora, tendo o mesmo figurado como facilitador da ação de seus comparsas, porém foi liberado por não ter tido elementos de materialidade do crime nem testemunhas para tipificá-lo.

Em 13/01/2009, foi iniciado, mais uma vez, registro de ocorrências através dos B.Os, e em seguida ocorre uma manifestação do Sindicato dos Policiais Civis do Estado do Ceará – SINPOCI, a motivação se deu em função de melhorias da Segurança Pública, com o tema:

“Aniversário da Fuga dos Presos” e o “descaso para com as delegacias distritais do Estado do Ceará”. Além disso, houve falta de energia elétrica por toda a manhã, impossibilitando o trabalho na Delegacia no que diz respeito ao registro de Boletins de Ocorrências e oitivas. No período da tarde, os estagiários foram liberados para assistir a votação da Liminar de Suspensão do Concurso do Estado do Ceará (TCE), e não mais retornaram à delegacia.

Nos demais dias a rotina se seguiu com registros de ocorrências e análise de inquéritos policiais e notificações, além do acompanhamento de oitivas, inclusive de Termo Circunstanciado de Ocorrência – TCO.

O Superintendente da Policial Civil, Bel. Luis Carlos Dantas, esteve na Delegacia a fim de realizar uma inspeção de rotina e fazer algumas anotações de solicitações de materiais e equipamentos para a manutenção da delegacia (repercussão proveniente da manifestação do SINPOCI no último dia 13/01/2009 na referida DP).

No período de 19/01/2009 a 23/01/2009 o estágio foi desenvolvido na Delegacia de Delitos de Trânsito – DADT, no centro da Cidade de Fortaleza, sendo cumprido expediente de 08h00min às 12h00min e 14h00min às 18h00min, tendo como Delegado Titular Maria Alexandra Oliveira Medeiros, e como escrivãs Socorro Luna e Luisa.

A delegacia possui uma estrutura atípica das frequentadas anteriormente pelos estagiários. As salas são climatizadas, bem distribuídas, organizadas, com quatro computadores, duas impressoras, uma máquina de datilografia elétrica e telefones. Os Inspetores são em número de cinco e três Agentes Administrativos.

Por se tratar de uma Delegacia Especializada, com especificação de Delitos de Trânsito com autoria desconhecida, torna-se, assim, uma delegacia tranquila, de pouco movimento, sendo registrados poucos Boletins de Ocorrências e praticamente apenas duas oitivas de vítimas de acidentes de trânsito.

Os estagiários concluíram, em seu relatório:

Diante do que foi apresentado, mediante as experiências verificadas no ambiente policial na condição de estagiários, percebeu-se o enfrentamento das futuras rotinas de uma delegacia de polícia, sendo particularizada através da função de Escrivão de Polícia. Também foi constatada que a realidade física e conjuntural das delegacias não é algo nem sempre esperada de forma profissional. Pois a realidade nem sempre é constituída de ambientes profissionais providos de conforto e devidamente equipados para desenvoltura dos trabalhos, que não são poucos.

Há uma disparidade de logística de delegacia para delegacia, ou seja, são notórias as carências e disparidades de equipamentos, não há um padrão no que diz respeito às instalações das delegacias, como também aos equipamentos de trabalho, muitas vezes ultrapassados ou mal cuidados.

Nem sempre o inimigo da Polícia Civil é o bandido, e sim uma má formulação de política de gestão pública interna, que em algumas particularidades está vinculada a métodos obsoletos fora da hodierna necessidade da realidade conjuntural.

Mais adiante, os estagiários fecharam seu relatório com o seguinte comentário:

Infelizmente determinadas posições exageradamente corporativista macula o real sentido da existência da polícia civil cearense. Muitas atitudes são tomadas baseadas mais no egocentrismo do que na habilidade profissional de um gestor isento de qualquer suspeita. Os métodos aplicativos nem sempre obedecem à ética, ou a uma metodologia fundamentada na imparcialidade de decisões. Há uma ausência de uma renovação de entendimento, e não apenas isso, mas uma atitude objetiva eivada de possibilidades de valorização do próprio serviço policial.

3.4.2 A importância do estágio supervisionado

Na visão de Pimenta (1997, p. 21) entende-se por Estágio Supervisionado “as atividades que os alunos deverão realizar durante o seu curso de formação, junto ao futuro campo de trabalho”.

O Estágio Supervisionado, considerando a legislação vigente, é a disciplina que oportuniza ao futuro profissional o exercício da atividade que irá exercer, sendo, portanto, um momento formativo que procura diminuir a distância entre a prática ideal e real. É a oportunidade da articulação entre o momento do fazer, os quais detêm cada qual, à sua própria dimensão epistemológica. O estágio é, assim, o local de vivência inicial da prática e de modo de ser profissional. É o momento de formação profissional que deve ser efetivado pelo exercício pessoal, ou seja, é necessária presença participativa do estagiário em ambiente real de trabalho, quando também é possível aprender e demonstrar as competências exigidas na prática profissional.

Ele favorece a descoberta, pois ensina a aplicação dos conhecimentos adquiridos ao longo de um processo de aprendizagem e cria condições para uma inter-relação mais efetiva entre a teoria e a prática, visando a profissionalização do estagiário. É objetivo do estágio supervisionado o desenvolvimento de um trabalho que alie o conhecimento científico e o conhecimento prático em uma dada área de conhecimento.

A realização do Estagiário Supervisionado, nos cursos cujo currículo escolar permita e/ou demande estágio, encontra amparo legal na Lei nº 6.494 (BRASIL, 1977), regulamentada

pelo decreto nº 87.497/82, com as modificações introduzidas pela lei nº 8859/94 e MP 1.726 e 1.709-4 de 1998, MP 1.952-26 de 26/7/00. Posteriormente, a Lei 6.494/77 foi revogada pela Lei 11.788/2008, que dispõe em seu artigo 1º:

Estágio é ato educativo escolar supervisionado, desenvolvido no ambiente de trabalho, que visa à preparação para o trabalho produtivo de educandos que estejam freqüentando o ensino regular em instituições de educação superior, de educação profissional, de ensino médio, da educação especial e dos anos finais do ensino fundamental, na modalidade profissional da educação de jovens e adultos. (BRASIL, 2010, *on line*)

Vimos de perto relatos de estudantes da disciplina de Estágio Supervisionado, carregados de significação existencial e de compromisso com a qualidade no desempenho das futuras atividades, mesmo ao mostrarem a debilidade social e os graves problemas que afetam atualmente a Polícia Civil cearense. Dessa forma, a dimensão política do estágio termina sendo o que Paulo Freire chama de leitura do mundo, feita na experiência coletiva.

Observamos, ainda, que os estagiários reconhecem as necessidades de pessoal, material e de melhoria na estrutura das delegacias, principalmente nos xadrezes, o que denota um maior compromisso no tratamento com a realidade dos encarcerados.

Reconhecemos que o curso por si só não é garantia de sucesso na prática profissional, mas é um requisito indispensável para a aprendizagem da profissão. Por essa razão deve estar comprometido com o processo de aprendizagem escrito, realizado dentro da Academia de Polícia Civil – APOC. Afinal, uma boa educação/formação faz o movimento dinâmico entre a palavra e o mundo e vice-versa.

A universidade, parceira da polícia civil no processo pedagógico, também sofre as influências e os efeitos da realidade atual e suas políticas. Segundo Chauí (1993, p.16), a vocação da universidade:

(...) tem oscilado entre a ciência e a política. A Universidade não é chamada para discutir os Programas, mas para operacionalizá-los. Dessa forma passa a ser executora, o que se agrava quando a Universidade fica à mercê da continuidade ou descontinuidade das políticas, ou seja, do projeto político ou de conjunto de políticas públicas.

Entendemos que é um salto de qualidade a preocupação com a formação integral do policial civil cearense, superando a visão unicamente voltada para a técnica do trabalho policial. A formação integral, composta de conhecimento da leitura escrita, somada às especificidades das funções policiais, tem por objetivos, primeiro, condições para entender as

relações do homem com a sociedade e as relações dos homens entre si; segundo, perceber o sujeito humano como autor e artífice do seu mundo e de sua história; terceiro, conhecer as características, necessidades e aspirações do povo a que pertence, captando contradições e perspectivas de sua superação.

A educação é, enfim, a mediação que propicia a formação integral do indivíduo como sujeito histórico.

Consideramos fundamental essa experiência entre a Polícia Civil e o Centro de Educação, e de outros programas que venham a sucedê-lo. Há a necessidade de uma luta mais acirrada no tocante às experiências de formação para que se supere o caráter emergencial e tornem-se, verdadeiramente, políticas públicas permanentes e democráticas, eliminando o caráter temporário e fortalecendo a credibilidade destas parcerias.

É indispensável a construção de uma política de formação permanente, ou seja, de caráter continuado e atualizado, preocupada não somente com o domínio policial e cognitivo da leitura e da escrita, mas também com o trabalho em busca da formação de uma consciência crítica. Toma-se como desafio a superação do entendimento de educação/formação voltada para a formação cidadã.

Sugerimos que os cursos de formação profissional, em parceria com as universidades, tenham o seguinte caminho:

- direcionamento político – uma política de formação que supere ações emergenciais e eventuais e alcance o parâmetro de formação contínua, visando a um direcionamento pedagógico – partindo da valorização das experiências já vivenciadas pela Academia de Polícia e pela universidade;
- desenvolvimento de intercâmbio com instituição de qualidade e conseqüentemente convênios com instituições de nível superior para aprimoramento técnico, bem como a criação de uma Academia Superior de Polícia com Especializações, Pós-Graduações e Mestrado na área de segurança pública;

Tudo isso contribuiria para uma otimização metodológica não só teórica, mas assumiria uma conotação prática de qualidade, gerando confiança das ações da Polícia Civil perante a sociedade cearense.

Dos desafios a serem enfrentados pelas instâncias formadoras, um está ligado ao papel das políticas públicas, que são de fundamental importância, pois definem a direção que a educação deve tomar. Assim, a continuidade dos programas deve ser assegurada pelas políticas, para que os profissionais de segurança pública possam dar continuidade aos seus estudos.

3.5 Rede nacional de ensino a distância para policiais – EAD

Não se pode falar da formação cidadã dos profissionais de Segurança Pública sem comentar sobre a parceria do Ministério da Justiça com alguns Estados brasileiros para levar mais conhecimentos aos policiais:

Criada em 2005 pela Senasp/MJ em parceria com a Academia Nacional de Polícia a Rede Nacional de Educação a Distância é uma escola virtual destinada aos profissionais de segurança pública no Brasil, que tem como objetivo viabilizar o acesso dos profissionais destes profissionais aos processos de aprendizagem, independentemente das limitações geográficas e sociais existentes. (BRASIL, FORMAÇÃO E CAPACITAÇÃO, 2010, *on line*)

A implementação dessa Rede deu um salto na formação e na capacitação dos profissionais de segurança pública, e a Senasp passou a exercer o papel de efetivo órgão condutor dos processos de educação em segurança pública, promovendo a articulação das Academias, Escolas e Centros de Formação e Aperfeiçoamento dos Operadores de Segurança Pública, obviamente em um quadro de respeito aos princípios federativos, uma vez que possibilita a educação continuada, integrada e qualificada de forma gratuita.

Há parcerias com as academias de polícia dos Estados para uma melhor qualificação dos profissionais:

A criação das coordenações dos telecentros e das tutorias para o ensino a distância tem proporcionado uma intensa motivação integradora entre os telecentros e as Academias de Polícia nas Unidades da Federação gerando grande interesse na realização de novas experiências educacionais. As Academias de Polícia se constituem em grandes celeiros de conteúdos presenciais e de conteudistas que irão prover, de forma contínua, o fluxo de desenvolvimento de novos cursos para a educação a distância. A partir de contribuições das Academias está sendo montada uma base de dados de conhecimentos, formada pelos conteúdos presenciais. Estes conteúdos serão submetidos a uma seleção, de acordo com critérios de abrangência, objetividade e prioridade temática, para serem convertidos em conteúdos virtuais.

Vale salientar que os cursos à distância oferecidos pela Senasp são considerados cursos de capacitação, seguindo orientações do decreto 5.707/2006 que Instituiu a Política e as Diretrizes para o Desenvolvimento de Pessoal da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, e regulamenta os dispositivos da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990.

Dentro dos muitos cursos oferecidos destacam-se: mediação de conflitos, uso progressivo da força, direitos humanos, atuação policial frente aos grupos vulneráveis, planejamento estratégico, análise criminal, investigação criminal, representação facial humana, segurança pública sem homofobia, polícia comunitária, identificação veicular, crimes ambientais, atendimento policial a mulheres vítimas de violência doméstica, uso progressivo da força, tráfico de pessoas, combate à lavagem de dinheiro, psicologia das emergências, papiloscopia, gestão de projetos, fiscalização interestadual de transporte de passageiros, enfrentamento da exploração sexual de crianças e adolescentes, tópicos em psicologia relacionados à segurança pública, conflitos agrários, democracia participativa, integração das normas internacionais de direitos humanos na área de segurança pública, emergentista pré-hospitalar, filosofia dos direitos humanos aplicada à atuação policial, resolução dos conflitos agrários, busca e apreensão, aspectos jurídicos da abordagem policial, técnicas e tecnologias não letais de atuação policial.

Além destes cursos, unificando a formação e reciclagem nacional, o governo estendeu a formação também em cursos de pós-graduação, como os de Gestão da Segurança Pública, Policiamento Comunitário e Perícia Criminal, com o intuito de preparar ainda melhor o profissional que atua na área da segurança, estendendo também a parceria para profissionais das Guardas municipais e da Defesa Civil.

CONCLUSÃO

Os desafios da Polícia Civil do Estado do Ceará não estacionaram, muito pelo contrário, eles se sucedem de conformidade com as complexidades do mundo moderno, complexidades estas de caráter relacional. A humanidade evoluiu em tecnologias científicas e instrumentalidade de operacionalização da inteligência, porém não o fez com excelência nos relacionamentos interpessoais.

Historicamente, a Polícia Civil do Estado do Ceará vive dentro de um emaranhado de circunstâncias advindas de equívocos passados de gestão, bem como de situações políticas que no momento em que foram deflagradas, utilizaram a instituição como um artefato de manipulação e violência no seio da sociedade; ou seja, não ocorreu a empatia tão necessária em uma entidade pública junto à sociedade a que serve; houve uma repulsa e, em decorrência disso, ampliou-se o distanciamento.

A Polícia Civil na prática, durante algumas décadas, foi um instrumento muito mais de violência e inibição utilizado pelo poder centralizador, do que um órgão ou entidade de combate à violência e equilíbrio da ordem social. O caráter investigativo foi utilizado para servir a um poder, a uma mentalidade de caráter ditatorial cerceadora da liberdade física e da liberdade de exposição de ideias às quais não precisavam ser harmônicas e coniventes com o sistema.

Diante das mentes fechadas e acomodadas através de favorecimentos que o sistema oferecia e ainda oferece, muitos gestores da segurança pública atuam como verdadeiros soldados de chumbo, disciplinados não a servir ao cidadão, mas a servir ao modelo que prepondera e extrai o domínio avassalador, fundamentado em instrumentos legais que dão um caráter de legalidade. No entanto, na realidade, falta a genuína legitimidade.

Um outro fator que ainda prepondera na realidade da Polícia Civil do Estado do Ceará, são autoridades oriundas da velha sistemática que ainda prevalecem com suas minúsculas mentalidades, e o que é pior ainda, influenciam nefastamente o desempenho carcomido desta instituição que, sem sombra de dúvidas, a mesma é de suma importância para a organização administrativa do Estado. No entanto o sistema de gerenciamento não é profissional, visto que muitas atitudes são tomadas com base em improvisos e desconhecimento técnico atualizado de suas reais atribuições.

A gestão de um órgão ou entidade integrante da Segurança Pública é algo bastante delicado, que exige não só preparação técnica e intelectual, mas capacidade psicológica e

lucidez de espírito público e caráter, para não confundir o pessoal com o profissional. E em se tratando da Polícia Civil é um desafio enorme a ser trabalhado, cultivado e a ser meditado em toda a constância existencial.

O desafio maior da Polícia Civil é colocado em um plano de modernidade progressivo, visto que antigos gestores com suas obsoletas práxis continuam manipulando o gerenciamento desta importante entidade; tal avanço tem que ter a participação não só de Delegado, mas de Inspetor e de Escrivão, enfim de todos aqueles legalmente envolvidos da função policial.

Uma instituição só pode evoluir a contento começando dentro da própria organização, não apenas a nível institucional, mas a funcionalidade participativa bem como direitos e obrigações compartilhados surtirão efeito satisfatório no desempenho das respectivas atribuições do corpo administrativo e policial.

O que se vê na realidade do pessoal administrativo e operacional são disparidades gritantes, são mazelas que podem ser consideradas desafios internos da própria instituição que o Governo do Estado despreza, ou se omite; é uma patologia administrativa a qual não se pode deixar de lado, ou acreditar que é normal. Não existe patologia de gestão no campo da normalidade, existem sim, atitudes para corrigir as discrepâncias, isso sim é normal em uma instituição que possui mente saudável e gestão participativa começando no interior do próprio órgão ou entidade.

Um outro desafio da Polícia Civil é buscar valorizar na prática os seus servidores, os quais em muitas ocasiões são tratados como objeto. É necessário fazermos uma análise prática e conjuntural da valorização interna dos partícipes subordinados nos quais estão inclusos os Delegados, Escrivães de Polícia e Inspetores de Polícia.

É importante fazer uma avaliação histórica da Polícia Civil do Ceará, e a partir daí meditarmos de forma imparcial dentro dos paradigmas da hodierna conjuntura, sempre observando a magnitude e praticidade numa visão institucional da entidade, mas nunca esquecendo de valorizar seu corpo funcional sem as costumeiras distinções e injustiças existenciais, isso sim, é um desafio constante e aberto a todos.

A realidade profissional dos componentes da instituição é algo que tem que ser repensado urgentemente, visto que, não há tratamento profissional no atual e ultrapassado sistema de promoções não só da Polícia Civil, mas todo o sistema administrativo de promoções funcionais do Estado está comprometido pela inércia e letargia administrativa.

A partir das mazelas internas surgem as seqüelas no âmbito da sociedade, a qual está vivendo a geração do medo da contemporaneidade; é necessário termos uma visão

operacional não só de combater o crime através de ações particularizadas de polícia, mas envolver a população de forma confiante; outro desafio da realidade presente é agir de forma comunitária e transformar a sociedade num envolvimento de parceria constante através de informações precisas.

O cenário de violência é algo bastante constrangedor, a Polícia Civil necessita urgentemente se fortalecer sob todos os aspectos a fim de atuar de forma segura com solidez na eficácia dos serviços que lhe são atribuídos.

Em função da patologia social e do alto nível de violência, a sociedade urge por uma nova filosofia policial para o mundo contemporâneo. Tal exigência coletiva passa por uma nova aplicação de uma educação policial, servindo como base de uma polícia atuante e qualitativamente profissional.

Diante da realidade de mudanças urgentes que se faz na formação do policial, a Policial Civil passou a introduzir disciplinas mais humanistas na formação de seus policiais, e ainda nos cursos de requalificação.

Na disciplina de Estágio Supervisionado, vislumbrou-se que os futuros policiais vivenciam o que será seu cotidiano, suas limitações de pessoal e material, seu convívio com o cidadão, incluindo-se aí pessoas que comparecem a uma delegacia e até mesmos os encarcerados.

A formação policial não deve se limitar ao curso de preparação quando o policial passa em um dos concursos públicos, mas a preparação deverá ser contínua e valorativa para o policial profissional. A busca de uma identidade profissional sólida se dará com primeiro com o senso de compromisso, um treinamento de qualidade e um salário compatível com as exigências da atividade policial. São atividades que exigem monitoramento em busca da qualidade total.

Enquanto essa realidade não vem, as reivindicações continuam, ademais existe outro desafio, a Polícia Civil está no observatório da imprensa e conseqüentemente da sociedade como um todo. Pois a atividade policial exige firmeza de propósito e profissionalismo, mas antes disso deve haver condições materiais, funcionais, salariais plenas para que tal ação seja devidamente efetivada a contento da própria instituição e principalmente no atendimento às aspirações da sociedade que em muitas ocasiões vive em clima de guerra civil.

Abordamos uma reflexão de uma polícia fundamentada numa visão comunitária de segurança pública, ou seja, sobre um tipo de polícia com atitudes buscando a interatividade, se utilizando de uma forma mais estreita com a sociedade no tocante a prática de uma

comunicabilidade mais acessível. Sendo um ponto de partida para uma polícia com uma nova filosofia policial para enfrentamento do estilo contemporâneo da sociedade.

As complexidades da realidade cearense são intensas e de múltiplas faces no que diz respeito aos desafios da Polícia Civil, indo desde assalto em carros-fortes, intenso e crescente tráfico de drogas, passando por grupos de extermínio, assaltos a bancos, seqüestro em série, e problemas internos de ilicitudes envolvendo policiais civis. As dificuldades são graves e o Governador Cid Gomes (eleito em 2006), que prometeu que fazer uma limpeza na Polícia, tem agora o desafio de comprometer-se com a boa qualificação do profissional de segurança pública estadual, e isto, necessariamente, irá desencadear uma formação mais cidadã para todos esses policiais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARREIRA, I; VIEIRA, S. **Cultura e Política: Tecidos do Cotidiano Brasileiro**. Fortaleza: UFC, 1998.

BORBA, Sérgio da Costa. **Espaços de Formação**. Maceió: Catavento, 2000.

BONELLI, Maria da Gloria. **Os delegados de polícia entre o profissionalismo e a política no Brasil, 1842-2000**. Departamento de Ciências Sociais. Universidade Federal São Carlos, 2003.

BRASIL. LEI Nº 11.788, DE 25 DE SETEMBRO DE 2008. **Dispõe sobre o estágio de estudantes**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11788.htm#art22>. Acesso em: 01/08/2010.

BRETAS, M.L. **“A Polícia Carioca no Império”**: Estudos Históricos. Rio de Janeiro, 1998.

BRZEZINSKI, Íris. **Profissão Professor: Identidade e Profissionalização do Docente**. Brasília, Plano Editora 2002.

CHAUÍ, Marilena. **Vocação Política e Vocação Científica da Universidade**. Educação Brasileira: Revista do Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras, DF, 1993.

NETO, Cordeiro. **Manuel, Relatório do Capitão..., ao Interventor Federal, Francisco de Menezes Pimentel. 1935 A 1941**. Fortaleza, IOCE, 1941.

ELIAS, N. **Envolvimento e Alienação**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.

FREIRE, Paulo. **Ação Cultural Para a Liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

GADOTTI, Moacir; TORRES, Carlos Alberto. **Estado e Educação Popular na América Latina**. Campinas: Papirus, 1992. (Série Educação Internacional / Instituto Paulo Freire).

KEYSSELT, Ilma Leonor M.P e FERNANDES, Rosimar M.M. **Pensando a Polícia: O Conhecimento, como vantagem competitiva na prática policial**. UFBA, Salvador, 2006.

HOLLOWAY, Tomas H. **Polícia no Rio de Janeiro: repressão e resistência numa cidade do século XIX**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1997.

LEMENHE, M.A. **A Família, Tradição e Poder; O (Caso) dos Coronéis**. São Paulo: Amnablume, Ed. UFC, 1995.

LIMA, Maria Socorro Lucena. **O Estágio Supervisionado Como Elemento Mediador entre Formação Inicial do Professor e Educação Continuada**, Ed.UFC, Fortaleza, 1995.

MELO C.S. **Resumo Histórico da Polícia Civil do Ceará**. Fortaleza: ABC Editora, 2007.

Memória da Justiça brasileira.
<http://www.tj.ba.gov.br/publicacoes/mem_just/volume2/cap6.htm>. Acesso: 22 abr 2010.

MORIM, Edgar. **Os Sete Sabores Necessários à Educação do Futuro**. 2ª Edição. São Paulo: Cortez, 2000.

O início da polícia civil no Brasil. Disponível em: <<http://www.forumseguranca.org.br/.../o-inicio-da-policia-civil-no-brasil>>. 2/6/2009. Acesso em: 24 abr 10.

OLHARES SOBRE A *POLÍCIA* NO BRASIL: A CONSTRUÇÃO DA *ORDEM* IMPERIAL NUMA SOCIEDADE MESTIÇA - ab-mai-jun/2009 -
<http://www.revistafenix.pro.br/PDF19/Artigo_01_Francis_Albert_Cotta.pdf>. Acesso em: 24 abr 2004.

PALMA, Alcides P. e Outros. **História da Polícia Civil da Bahia**, Salvador. SAEB, 1978.

PIMENTA, Selma G; LIMA, Maria Socorro. **Estágio e Docência**. São Paulo: Cortez, 2004.

PICOLIN, GUSTAVO RODRIGO. **SURGIMENTO DO INQUÉRITO POLICIAL**. Disponível em: < http://www.jurisway.org.br/v2/dhall.asp?id_dh=156>. Acesso em: 28 jul 2010.

RIOS, Terezinha A. **Compreender e Ensinar: por uma docência de melhor qualidade**. São Paulo: Cortez, 2002.

ROLIM, Marcos. **A Síndrome da Rainha Vermelha: Policiamento e Segurança Pública no Século XXI**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.; Oxford, Inglaterra: Universidade of Oxford, Centre for Brazilian Studies, 2006. p.26.

SILVA, Hélio. **História do Brasil**, volume. 1; Ed. Melhoramentos, São Paulo, 1970.

VIEIRA, Hermes. **Formação Histórica da Polícia de São Paulo**. São Paulo: Serviço Gráfico da secretaria da Segurança Pública, 1965.

ZABALA, Antoni. **A Prática Educativa Como Ensino**. Porto Alegre: Artmed, 1998.

BRASIL. Ministério da Justiça/SENASP. **Guia para a prevenção do Crime e da Violência**. Brasília: SENASP. 2005

CORDEIRO, Bernadete M.P. e Silva, Suamy. S. **Direitos Humanos: referencial prático para docentes do Ensino Policial**. 2ª ed. Brasília:CICV, 2005

GARDNER, H. **Inteligências Múltiplas: a teoria na prática**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995

LIBÂNEO, José Carlos. **Didática**. Série Formação do Professor. São Paulo: Cortez, 2001

MAMEDE, S.Penaforte, J. **Aprendizagem baseada em problemas**. São Paulo: Hucitec, 2001.

PERRENOUD, Phillipe. **Pedagogia diferenciada das intenções à ação**. Porto Alegre: Artmed, 2000.

PIMENTA, Selma Garrido. **O estágio na formação de professores: unidade teoria e prática**. 3ª ed. São Paulo: Cortez, 1997. p. 21 – 80.

SHÖN, Donald. **Educando o profissional reflexivo: um novo design para o ensino e aprendizagem**. Porto Alegre: Artmed, 2000.

JORNAL

Edição do Jornal **Diário do Nordeste**, Fortaleza-CE, 10 novembro de 2009, 1º Caderno, Polícia, p.14.

LEGISLAÇÃO

Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.

_____.**Lei Nº12. 124**, de 06 de julho de 1993, Estatuto da Polícia Civil de Carreira do Estado do Ceará.